

MODELOS DE INTERVENÇÃO POLÍTICA DOS INTELECTUAIS: O CASO FRANCÊS¹

dos
sie

Gisèle Sapiro

RESUMO

O artigo trata das formas e modalidades de intervenção política dos intelectuais a partir do exame do caso francês. Estas tendem a se diferenciar conforme três fatores que estruturam o campo intelectual: o capital simbólico; a autonomia em relação à demanda política; e o grau de especialização. Da combinação desses três fatores, verificam-se oito modelos de intervenção construídos de maneira ideal-típica e que são analisados numa perspectiva sócio-histórica: o intelectual crítico universalista, o intelectual crítico especializado, o guardião da ordem moralizador, o especialista consultado pelos dirigentes, grupos contestadores universalistas, grupos contestadores especializados, o intelectual de instituição generalista e o intelectual de instituição especializado.

PALAVRAS-CHAVE

Intelectuais. Sócio-história. Autonomia. Especialização. Intervenção política.

ABSTRACT

The article addresses the forms and modes of political intervention by intellectuals by focusing on the French case. Such interventions vary according to three factors that structure the intellectual field: symbolic capital, the autonomy vis-à-vis political demand, and the degree of specialization. The different combinations between these three factors generate eight ideal-typical models of intervention, that are analyzed in a social and historical perspective: the universalistic critical intellectual, the specialized critical intellectual, the moralizing defender of the established order, the specialist advising the government, the universalistic critical intellectual collective, the specialized critical collective, the generalist institutional intellectual, and the specialized institutional intellectual.

KEYWORDS

Intellectuals. Social and historical perspective. Autonomy. Specialization. Political intervention.

O intelectual engajado em todos os *fronts*: o escritor Jean-Paul Sartre visita um campo de refugiados palestinos da faixa de Gaza em 12 de março de 1967.



Se na maior parte das sociedades encontramos um grupo ou categoria de indivíduos exercendo uma função intelectual, como o clero, é somente a partir do século XVIII que emerge na Europa um campo intelectual relativamente autônomo². A expansão da es-

colarização, o desenvolvimento das universidades, a ascensão do paradigma científico, a industrialização da produção de impressos contribuem à afirmação do poder simbólico dos “intelectuais” e de sua aparição como categoria social no final do século XIX³. O

1. Traduzido por Ernesto Seidl do original “Modèles d’intervention politique des intellectuels. Le cas français”, publicado por Gisèle Sapiro em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2009/1 – n. 176-177 p. 8-31. A autora agradece em especial à revisão técnica de Afrânio Garcia Jr. Devido ao grande número de referências bibliográficas citadas em nota de rodapé, o comitê editorial optou por mantê-las, seguindo a normalização do original.

2. Jürgen Habermas, *L'Espace public*. Paris, Payot, 1962; Lewis Coser, *Men of Ideas. A Sociologist's View*, New York, The Free Press, 1965, 1970; Roger Chartier, *Les Origines culturelles de la Révolution française*, Paris, Seuil, 1990, p. 220 e ss.; Daniel Roche, *Les Républicains des lettres: gens de culture et Lumières au XVIIIe siècle*, Paris, Fayard, 1988; Didier Masseau, *L'Invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIIIe siècle*, Paris, PUF, 1994.

3. Christophe Charle, *Naissance des intellectuels, 1880-1900*, Paris, Minuit, 1990; Id., *Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée*, Paris, Seuil, 1996; Id., “Les intellectuels en Europe au

adjetivo aparece ocasionalmente sob a pluma de autores como Saint-Simon ou Amiel, mas é durante o Caso Dreyfus que o substantivo entra em uso corrente na França. Usado inicialmente de maneira pejorativa pelos *antidreyfusards* para desacreditar a legitimidade de seus adversários a intervir na cena política em nome de sua especialidade, é reapropriado por estes últimos e conhecerá uma fortuna internacional. O termo deve a esta conjuntura sua ambiguidade original: de fato, ele faz referência tanto ao conjunto dos produtores culturais quanto àqueles que, dentre esses, intervêm no espaço público enquanto tais. A definição política precedeu a definição profissional, que se fixa nos anos 1920⁴.

O conceito de campo intelectual permite tomar por objeto a tensão entre estas duas definições, política e profissional. Situado na intersecção do campo político e dos campos de produção cultural específicos, o campo intelectual participa do campo de produção ideológica, “universo relativamente autônomo, onde se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em um dado momento do tempo e onde se define, ao mesmo tempo, o *campo do pensável politicamente* ou, se preferirmos, a *problemática legítima*”, como o define Pierre Bourdieu⁵. Neste universo enfrentam-se indivíduos e grupos de diferentes campos, político, sindical, midiático, acadêmico, literário etc. numa luta pela

imposição da visão legítima do mundo social. A especificidade do modo de intervenção dos intelectuais enquanto tais, deve-se à necessidade de fazer referência aos debates próprios do campo intelectual, sob pena de se ver dele excluído, como foi o caso dos intelectuais do clero católico após a condenação do modernismo em 1907⁶.

Entretanto, se ele se define por esta especificidade, este modo de intervenção ganhou formas diversas, mais ou menos politizadas, entre profetismo e expertise. São das formas que revestem as tomadas de posição do ponto de vista discursivo (do panfleto ao diagnóstico) e das modalidades de intervenção (repertório de ação individual ou coletivo, como petição, manifesto, reunião etc.), mais do que os conteúdos das tomadas de posição, que trataremos neste artigo, mesmo que, como veremos, as duas coisas nem sempre estejam desvinculadas. A partir do caso francês, propomo-nos analisar os modelos de intervenção política dos intelectuais e sua evolução no século XX, interrogando-nos inicialmente sobre os fatores que os diferenciam de maneira ideal-típica.

Limitaremos aos engajamentos especificamente intelectuais, em detrimento das outras formas de ação militante, manifestações, atividade sindical, nas quais os intelectuais, como um todo ou separadamente, podem evidentemente envolver-se, mas que, por não se basearem na valorização de seu capital simbólico específico, não justificam

XIXe siècle, essai de comparaison”, In. Gisèle Sapiro (dir.), *L'Espace intellectuel en Europe: de la formation des Etats-nations à la mondialisation, XIXe-XXIe siècle*, Paris, La Découverte, 2009.

4. Gisèle Sapiro, “Entre individualisme et corporatisme: les écrivains dans la première moitié du XXe siècle”, In. Steven Kaplan et Philippe Minard (dir.), *La France malade du corporatisme?*, Paris, Belin, 2004, p. 279-314.

5. Pierre Bourdieu, *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, 1979, p. 465.

6. Claude Langlois, “La Naissance de l'intellectuel catholique”, In. Pierre Colin (dir.), *Intellectuels chrétiens et esprit des années 1920*, Paris, Cerf, 1997, p. 213-233.

um tratamento distinto das outras categorias sociais, a não ser para revisitar o tema da tensão entre pensamento e ação que atravessa todos os debates sobre o engajamento dos intelectuais. A necessidade experimentada por René Char de dizer que é na condição de poeta que pegou em armas durante a Resistência está aí para lembrar, para além da obsessão dos intelectuais daquela época – dos surrealistas a Sartre – de fazer da literatura uma arma⁷, que os raros intelectuais que se engajaram na luta armada precisamente não o fizeram enquanto tais.

1 Fatores de diferenciação dos modos de intervenção política dos intelectuais

Na estrutura em quiasma do espaço social tal como a construiu Pierre Bourdieu em *A Distinção*, os intelectuais ocupam uma posição dominada no seio das classes dominantes como detentores de um capital cultural que se diferenciou do capital econômico com a institucionalização do sistema escolar. Se a valorização deste capital cultural é central em seu engajamento como intelectuais, a diversidade das formas que suas intervenções políticas tomam deve ser associada aos princípios de estruturação daquele espaço. As modalidades e formas do engajamento dos intelectuais tendem a se diferenciar segundo três fatores que estruturam o campo intelectual: o capital simbólico; a autonomia frente à demanda política; o grau de especialização.

Primeiro fator: a posição ocupada no campo intelectual segundo o volume global do capital simbólico. O capital simbólico tem incidência sobre a forma que a tomada de posição reveste. Quanto mais se ocupa uma posição dominante no campo, mais se tende a universalizar os interesses particulares sob uma forma despolitizada. O moralismo é o modo de despolitização (formal) mais comum. Mas há outros, como a estetização, a teorização ou o formalismo (a introdução dos procedimentos de pesquisa, de métodos quantitativos e de técnicas de modelização nas ciências sociais foi um meio de despolitizá-las). No estudo dedicado à obra de Heidegger, Pierre Bourdieu mostra o trabalho de eufemização que o recurso aos conceitos filosóficos submeteu à ideologia conservadora e ao humor *völkisch* predominantes da Alemanha de Weimar⁸. De forma inversa, em seus combates contra a visão dominante do mundo, a *doxa*, ou “ortodoxia”, quando se trata de teoria, aqueles que ocupam uma posição dominada no campo e fazem, pois, papel de “heréticos”, tal como o profeta weberiano frente ao padre⁹, são levados a formular seu protesto de um modo politizado a fim de lhe dar uma dimensão universal, como atesta a história das vanguardas, dos surrealistas à Tel Quel (ver abaixo). A esta oposição corresponde, por exemplo, do ponto de vista dos gêneros, a diferença entre ensaio e panfleto¹⁰. O panfleto surrealista “Um cadáver”, que mirava em três escritores representativos do *esta-*

7. Denis Hollier, *Les Dépossédés*, Paris, Minuit, 1993.

8. Pierre Bourdieu, *L'Ontologie politique de Martin Heidegger*, Paris, Minuit, 1988.

9. Max Weber, *Économie et société*, Paris, Plon, 1995, vol. 2, p. 190-211. Ver também Pierre Bourdieu, “Une interprétation de la théorie de la religion selon Max Weber”, *Archives européennes de sociologie*, XII(1), 1971, p. 3-21.

10. Ver Marc Angenot, *La Parole pamphlétaire. Typologie des discours modernes*, Paris, Payot, 1982, e Philippe Olivera, “La politique lettrée en France. Les essais politiques (1919-1932)”, tese de doutorado sob a orientação de Christophe Charle, Université de Paris I, 2001; a ser publicado por CNRS Éditions.

blishment literário, membros da Academia francesa, é uma boa ilustração:

Loti, Barrès, France, assinalemos mesmo assim com um belo sinal branco o ano que deu à luz esses três sinistros indivíduos: o idiota, o traidor e o policial. Com France, é um pouco da servilidade humana que se vai. Que se festeje o dia em que se enterrem a artimanha, o tradicionalismo, o ceticismo e a falta de coragem¹¹.

As modalidades do engajamento, individual ou coletivo, são também função do capital simbólico. Os intelectuais desprovidos desse capital dedicam-se às formas de ação coletiva anônimas, como o manifesto, a manifestação, a ação sindical (o sindicalismo intelectual) ou a participação em grupos de vocação ético-política. De forma inversa, pelo fato de o renome de um intelectual conferir autoridade a suas tomadas de posição, seu engajamento está mais suscetível a ter uma forma individual ou individualizada no polo dominante, enquanto que as formas coletivas, como a petição, revelam o capital simbólico coletivo através do acúmulo dos capitais individuais.

O capital simbólico individual está ligado seja aos títulos (diplomas, distinções, posição universitária, pertencimento a academias), que remetem a um capital de tipo institucional, seja ao renome, capital de reconhecimento encerrado em seu próprio nome, como, por exemplo, o de André Gide ou de Jean-Paul Sartre (que significativamente recusou o prêmio Nobel de literatura, como toda outra distinção ou pertencimento institucional, explicando, em sua carta à academia sueca, “não é a mesma coisa se assino Jean-Paul Sartre ou se assino Jean-Paul

Sartre prêmio Nobel”, acrescentando que “o escritor deve, portanto, recusar deixar-se transformar em instituição”). Se alguns acumulam os dois tipos de capitais, o capital simbólico associado ao nome próprio pode superar aquele que depende da posição institucional, não importa quão prestigiosa ela seja, como nos casos de Michel Foucault e Pierre Bourdieu (ambos membros do Collège de France). Esta distinção tem repercussões sobre o modo de valorização do capital simbólico (menção do título ou da função) e, articulada aos dois seguintes fatores, a saber, a dependência frente às instituições e a divisão do trabalho de expertise, sobre os repertórios de ação: a competência certificada por títulos escolares constitui o capital simbólico do expert, que estabelece seu diagnóstico seguindo procedimentos determinados, ao passo que o reconhecimento fundado no carisma predispõe ao profetismo.

O segundo fator de diferenciação é a autonomia em relação à demanda política externa. Desde a autonomização do campo intelectual no século XIX, as organizações políticas, os partidos, as instituições religiosas e as empresas tentam captar o poder carismático dos intelectuais impondo uma definição – por essa razão, heterônoma – de sua missão social a fim de subordiná-la a seus próprios interesses. Costuma-se chamar “intelectuais orgânicos”, retomando uma expressão que Gramsci havia utilizado de um modo um pouco diferente, aqueles que aceitam submeter-se à disciplina de uma instituição ou organização. Estes intelectuais de instituição sempre existiram: são os padres. No campo intelectual (relativamente) autonomizado, a forma mais extrema de dependência à demanda externa é ilustrada pelos intelectuais que escolhem integrar o apare-

11. André Breton, “Refus d’inhumer”, *apud*. Maurice Nadeau, *Histoire du surréalisme*, Paris, Seuil, 1945, p. 95.

lho ideológico de uma instituição ou partido, abdicando de sua liberdade crítica. Mas o expert que produz um diagnóstico “neutro” para a elaboração das políticas públicas (ou para uma organização política ou uma empresa) deve também renunciar em certa medida a exercer seu espírito crítico e se ajustar à demanda estatal (ou de outras organizações), colocando-se assim em posição dominada em relação aos detentores de capital político e econômico¹².

No lado oposto, quanto mais um intelectual é dotado de capital simbólico específico, mais ele é capaz de definir, ele próprio, as modalidades de seu engajamento, independentemente das concepções heterônomas do papel social dos intelectuais impostas pelo campo do poder ou pelos partidos políticos que tentam captar este capital simbólico em proveito próprio. É a figura do “intelectual crítico”, que tende a universalizar os valores específicos do campo intelectual, como os *dreyfusards* durante o Caso Dreyfus. A distinção weberiana entre o padre mandatado por uma instituição e o profeta independente que retira sua autoridade

de seu carisma pessoal próprio é paradigmática desta oposição.

O grau de especialização da atividade intelectual em questão é o terceiro fator de estruturação do campo intelectual que determina os modos de intervenção política. A unificação momentânea do campo intelectual durante o Caso Dreyfus mascarava o processo de diferenciação e de concorrência das atividades intelectuais pelo monopólio de domínios e competências (*jurisdiction*), que se acelera na segunda metade do século XIX¹³. A concorrência entre atividades vai estruturar o campo intelectual, opondo, sobretudo as profissões ditas “úteis”, cuja expertise é (mais ou menos) reconhecida, aos ofícios de criação, geralmente excluídos da história das profissões¹⁴, mas que, incluindo dos escritores aos músicos e passando pelos artistas (e hoje os cineastas), encarnaram na França – mais do que as profissões liberais – o engajamento intelectual¹⁵. Ora, estes dois fatos não estão desvinculados. Quanto aos escritores, a divisão do trabalho de expertise retirou-lhes diversas atividades que exerciam (além da política, a história ou a moral, tornada domínio dos his-

12. Gérard Noiriel os inclui no que chama de os “intelectuais de governo”, distinguindo-os dos “intelectuais específicos”: Gérard Noiriel, *Les Fils maudits de la République. L'avenir des intellectuels en France*, Paris, Fayard, 2005.

13. Andrew Abbott, *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labor*, Chicago, The University of Chicago Press, 1988, p. 59 e ss.

14. Christophe Charle, “Intellectuels, Bildungsbürgertum et professions au XIXe siècle. Essai de bilan historiographique comparé (France, Allemagne)”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 106-107, março 1995, p. 85-95. Gisèle Sapiro, “Les professions intellectuelles, entre l'État, l'entrepreneuriat et l'industrie”, *Le Mouvement social*, 214, jan.-mar. 2006, p. 3-24.

15. Laurence Bertrand Dorléac, *L'Art de la défaite 1940-1944*, Paris, Seuil, 1993; Jane F. Fulcher, *The Composer as Intellectual. Music and Ideology in France (1914-1940)*, New York, Oxford University Press, 2005. No entanto, os advogados haviam exercido um papel precursor no século XVIII; ver Lucien Karpik, *Les Avocats. Entre l'État, le public et le marché. XIIIe-XXe siècle*, Paris, Gallimard, 1995, p. 170, p. 90-91 e Christophe Charle, “Le recrutement des avocats parisiens (1880-1914)”, In: Gilles Le Béguec (éd.), *Avocats et barreaux en France, l'étape des années 1910-1930*, Nancy, Presses universitaires de Nancy, 1994, p. 21-34; Id., “Le déclin de la République des avocats”, in Pierre Birnbaum (éd.), *La France de l'affaire Dreyfus*, Paris, Gallimard, 1994, p. 56-86.

toriadores e dos sociólogos¹⁶). E como sugerimos em outro lugar¹⁷, esta privação de várias

atividades pode ajudar a explicar sua politização como intelectuais.

Do Intelectual Universalista ao Intelectual Específico: Gilles Deleuze, Jean-Paul Sartre e Michel Foucault (da esquerda para a direita) na jornada de ação do Grupo de informação sobre as prisões (GIP), ministério da Justiça, 17 de janeiro de 1972.



Além disso, as formas e modalidades de intervenção variam entre as atividades mais especializadas e organizadas no plano profissional, como o direito e a medicina, e aquelas menos organizadas, como a literatura. As variações são observadas tanto no modo de mobilização quanto na retórica de justificação das tomadas de posição. A mobilização como corpo profissional, em nome da ciência e de uma competência socialmente reconhecida em um domínio, opõe-

-se aqui ao engajamento individual, no modo carismático do profeta weberiano. A crítica de usurpação sempre ronda o modo de engajamento profético. Estes dois polos diferenciam-se do ponto de vista da retórica da justificação, a qual repousa, por um lado, em valores intelectuais gerais – havendo o humanismo clássico por muito tempo fornecido as categorias éticas que fundam a *doxa* das classes dominantes –, e por outro lado, em um saber especializado.

16. Gisèle Sapiro, “‘Je n’ai jamais appris à écrire’. Les conditions de formation de la vocation d’écrivain”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 168, jun. 2007, p. 13-33.

17. Gisèle Sapiro, “Forms of politicization in the French literary field”, *Theory and Society*, 32, 2003, p. 633-652.

A combinação destes três fatores sustenta em boa medida a distribuição no campo intelectual dos diferentes modos de intervenção construídos de forma ideal-típica, de acordo com uma abordagem relacional e não essencialista (ver abaixo o quadro “Modelos de intervenção política dos intelectuais”). Ele é também um modelo dinâmico: cada tipo ideal definiu-se historicamente em relação ao outro e eles estão em concorrência perpétua. Testemunha disso é a existência de uma terminologia indígena para diferenciar estas figuras (“intelectuais”, “intelectuais orgânicos”, “experts”, “intelectual específico”, “intelectual coletivo”¹⁸). Es-

tas não são exclusivas: um mesmo indivíduo pode ter adotado diferentes posturas segundo as posições que ocupou, o envelhecimento social conduzindo, no melhor dos casos, das posições dominadas às posições dominantes; elas podem até coexistir em alguns circunstâncias: um “intelectual específico” é suscetível a responder de forma pontual a demandas do Estado por expertise. Além disso, dentro de cada um desses modelos, as maneiras de ocupar a posição podem distribuir-se, tendencialmente, conforme as outras posturas, como o mostra um exame mais aprofundado.

Quadro 1

Modelos de intervenção política dos intelectuais

	Generalista		Especializado	
	Autonomia	Heteronomia	Autonomia	Heteronomia
Dominante	Intelectual crítico universalista “Intelectual”	Guardião da ordem moralizador “Conselheiro do príncipe”	Intelectual crítico especializado “Intelectual específico”	Especialista consultado pelos dirigentes “Expert”
Dominado	Grupos contestadores (universalistas) “Vanguarda”	Intelectuais de instituição ou de organização (generalistas) “Intelectuais orgânicos”	Grupos contestadores (especializados) “Intelectual coletivo”	Intelectuais de instituição ou de organização (especializados) “Intelectuais orgânicos”

As oposições que sustentam estes tipos ideais tampouco coincidem com a clivagem tradicional esquerda-direita, ainda que possam corresponder a ela em algumas condições, pois se a propensão a se tornar guardião da

ordem social está frequentemente inscrita na posição do intelectual dito “de direita” e a contestação das autoridades tradicionais seja mais característica do intelectual dito “de esquerda”¹⁹, a figura crítica profética pôde ter

18. A observação de Zygmunt Bauman sobre as definições dos intelectuais em geral, a saber, que “são autodefinições”, se aplica também a estas figuras particulares. Zygmunt Bauman, *La Décadence des intellectuels. Des législateurs aux interprètes*, Arles, 2007.

19. Gisèle Sapiro, “De l’usage des catégories de droite et de gauche dans le champ littéraire”, *Sociétés & Représentations*, 11, fev. 2001, p. 19-53.

sido encarnada nos regimes comunistas (onde estas categorias, aliás, perdem sua pertinência) por intelectuais que defendiam valores ditos “de direita”, como os de Soljenitsin. E se o “expert” se pretende neutro politicamente, tanto o fascismo quanto o comunismo tiveram seus intelectuais oficiais e houve, inclusive, uma vanguarda fascista assim como houve uma comunista (os construtivistas russos). A articulação deste modelo com o conteúdo das tomadas de posição e a comparação internacional exigiria em cada caso, portanto, uma reconstituição sociohistórica da configuração do campo do poder e das relações entre campo intelectual e campo político. De forma inversa, os modos de intervenção política dos intelectuais com uma mesma obediência ou tendência política, como aqueles de uma mesma confissão, podem dividir-se entre diversos destes tipos ideais, embora de forma desigual, como mostramos no caso dos escritores franceses que manifestaram atração pelo fascismo²⁰. Veremos mais adiante o caso dos intelectuais católicos e comunistas. Enfim, a feminização do campo intelectual após a guerra não modifica radicalmente os modos de engajamento²¹.

2 O intelectual crítico universalista

A figura tradicional do intelectual profético, intelectual crítico que se engaja a título pessoal em causas particulares em nome de valores universais como a liberdade

ou a justiça, afirma sua autonomia em relação à demanda política externa. Surgida no século XVIII com o engajamento de Voltaire no Caso Calas, ela foi ilustrada por Zola durante o Caso Dreyfus e encarnada no mais elevado grau por Sartre após a Liberação, tornando-se uma espécie de coroamento da carreira do grande escritor. Herdeira dos “filósofos” do século XVIII, esta figura paradigmática do intelectual moderno possui muitas das características do profeta tal como o definiu Max Weber²². Produtor de representações coletivas e de uma interpretação do mundo, geralmente portadora de uma mensagem ético-política, o intelectual crítico funda a legitimidade de suas tomadas de posição sobre seu capital simbólico, isto é, sobre sua autoridade carismática junto a um público, capital frequentemente ligado antes a seu nome próprio do que a seus títulos e, portanto, associado a sua pessoa. Enquanto que o padre é mandatado pela instituição que lhe confere sua autoridade e lhe remunera por seus serviços, o profeta não é designado por ninguém, fala em nome próprio, retirando sua autoridade carismática de sua posição de autor que conquistou o reconhecimento de seu público e age de maneira desinteressada: sua profecia é gratuita. Além disso, ele assume riscos, expondo-se ao opróbrio e à repressão dos poderes por sua mensagem herética. Desinteresse e tomada de posição em nome da consciência foram reivindicados pelos

20. Gisèle Sapiro, “Figures d’écrivains fascistes”, em Michel Dobry (dir.), *Le Mythe de l’allergie française au fascisme*, Paris, Albin Michel, 2003, p. 195-236.

21. Ainda que este universo permaneça muito masculino, é preciso ler “os (as) intelectuais” pelo menos para o período do pós-guerra. Sobre as condições históricas de emergência “das intelectuais”, ver especialmente Nicole Racine e Michel Trebitsch (dir.), *Intellectuelles. Du genre en histoire des intellectuels*, Paris, Complexe, 2004.

22. Além do capítulo citado de *Économie et société*, nos apoiamos aqui em *Le Judaïsme antique*, Paris, Plon, 1970. Ver também *On Charisma and Institution Building. Selected Papers*. Ed. e Introdução de S. N. Eisenstadt, Chicago, The University of Chicago Press, 1968, p. 253-267.

“filósofos” do século XVIII como um capital moral, para se demarcar dos eruditos das universidades. Em seu artigo sobre as “pessoas de letras” escrito para *A Encyclopédie*, Voltaire explica que a perseguição atingiu a quase todos os letrados isolados, os que não pertencem a instituições como a Universidade e vivem retirados do mundo, os sábios “encerrados em seus gabinetes”, que são no entanto aqueles que mais serviços “prestaram ao pequeno número de seres pensantes espalhados pelo mundo”:

Faça odes em louvor do Senhor Superbus fadus, madrigais a sua esposa, dedique a seu porteiro um livro de geografia e você será bem recebido; esclareça os homens e você será esmagado. Descartes é obrigado a deixar sua pátria, Gassendi é caluniado. Arnauld passa seus dias no exílio; todo filósofo é tratado como os profetas entre os Judeus²³.

A partir do início do século XIX, são os escritores que melhor vão ilustrar este modelo de engajamento: sua posição de intelectuais “livres” em relação aos intelectuais de Estado que eram os universitários (tornados funcionários sob o primeiro Império), opondo à certificação escolar sua autoridade carismática junto ao público, colocava-os em posição estruturalmente equivalente à dos profetas weberianos frente aos padres.

O profeta privilegia mais o caráter emocional do que o racional da mensagem, neste aspecto mais próximo do demagogo ou do publicista do que do mestre de uma escola filosófica. Demarcando-se dos pensadores que elaboram um sistema filosófico, encarnados então pelos utópicos como Saint-Simon e Fourier, os escritores adotaram, desde o romantismo, esta forma profética particular, Victor Hugo em primeiro lugar²⁴. Seus modos de intervenção individual e pontual, até mesmo extraordinário, aflorando em períodos de crise, lembram também a figura profética. O que não exclui, para alguns como Lamartine, a entrada na política, uma vez que os campos intelectual e político ainda estavam pouco diferenciados nesta época.

Seguindo as análises de Christophe Charle²⁵, pode-se comparar os diferentes campos intelectuais nacionais no século XIX segundo o grau de diferenciação dos campos político, literário e universitário. Muito fraca na Itália, onde as posições de escritor, de professor e de homem político podiam ser acumuladas, ela é extrema na Alemanha na mesma época. A França ocupa uma posição intermediária: de fato, é somente na segunda metade do século XIX que a função de homem político se especializa, com a formação de um corpo de altos funcionários sob o Segundo Império e o surgimento de

23. Voltaire, “Lettres, gens de lettres ou lettré”, *Dictionnaire philosophique*, apresentação de Béatrice Didier, Paris, Imprimerie nationale, 1994, p. 324. Sobre a construção de um *ethos* intelectual, ver o estudo das biografias de filósofos realizado por Dinah Ribard, *Raconter, vivre, penser. Histoire de philosophes 1650-1766*, Paris, Vrin-EHESS, 2003. Esta representação da posição dos “filósofos” deve certamente ser relativizada em vista da proteção que eles obtiveram junto à aristocracia e ao poder; além das obras citadas na nota 1, ver Antoine Lilti, *Le Monde des salons au XVIIIe siècle*, Paris, Fayard, 2005.

24. Paul Bénichou, *Le Sacre de l'écrivain 1750-1830. Essai sur l'avènement d'un pouvoir spirituel laïc dans la France moderne*, Paris, Corti, 1973, reeditado por Gallimard, 1996, e *Le Temps des prophètes. Doctrines de l'âge romantique*, Paris, Gallimard, 1977; José Luis Diaz, *L'Écrivain imaginaire, scénographies auctoriales à l'époque romantique*, Paris, Champion, 2007.

25. C. Charle, *Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle*, op. cit.

profissionais da política sob o regime democrático representativo instaurado pela Terceira República²⁶.

Este processo implica uma diferenciação entre os campos intelectual e político do ponto de vista dos valores e dos modos de funcionamento. Se o Estado delega a certas profissões intelectuais, como os médicos, um poder de expertise em domínios particulares, este poder delegado lhes pode ser retirado e suas opiniões são com frequência somente consultativas, cabendo a decisão definitiva aos homens políticos. Mas os “intelectuais” que se afirmam como categoria social ao final do século XIX reivindicam sua capacidade de impor a definição legítima das problemáticas sociais de maneira independente das expectativas do poder político. Sua mobilização durante o Caso Dreyfus aparece nesta ocasião como a manifestação desta luta de concorrência entre o campo intelectual e o campo político no momento em que se veem excluídos do jogo político. Contra a “Razão de Estado” invocada por seus adversários, um certo número de intelectuais pede a revisão da sentença injustamente pronunciada contra Dreyfus em nome da “verdade” e da “justiça”, dois valores propriamente intelectuais, que assim são universalizados²⁷. A inovação reside em seu modo de ação coletiva, a petição, manifes-

tação do poder simbólico acumulado de todos os signatários, que é o corolário da reivindicação do papel dos valores intelectuais e do saber na sociedade democrática contra a arbitrariedade e o dogma.

Testemunho da emergência e da estruturação de um campo intelectual, este modo de ação se generaliza no entre-guerras, período que igualmente vê se multiplicarem as revistas intelectuais de todos os tipos voltadas à elaboração de esquemas de análise do mundo social. Reservando à expressão do pensamento crítico um espaço de autonomia ao abrigo das obrigações e das pressões exteriores, a revista é na verdade o lugar predileto do profetismo intelectual. O que caracteriza esta época é o caráter pontual, extraordinário, da mobilização destes intelectuais em torno de eventos políticos particulares e sem relação direta com suas especialidades, na base de palavras de ordem muito gerais: liberdade, justiça, cultura, civilização. Com muita frequência, o engajamento no polo relativamente autônomo responde a uma ameaça a valores intelectuais, como a liberdade, a cultura, enquanto que o campo heterônomo se mobiliza em reação aos intelectuais críticos, replicando assim o Caso Dreyfus, que serve, aliás, frequentemente de modelo de referência²⁸.

26. Em 1820, 24% dos autores literários têm funções na diplomacia e na administração ou se beneficiam de postos honoríficos; esta categoria cai para 17% em 1827 e depois para 10% em 1834 e 13% em 1841. Roger Chartier, “La génération romantique”, In. R. Chartier e H.-J. Martin, *Histoire de l'édition française*, t. 2, Paris, Fayard/Promodis, 1991, p. 784. Sobre a profissionalização dos homens políticos nesta época, além de, é claro, Max Weber, *Le Savant et le politique*, Paris, Plon, 1959, ver em especial, para a França, Dominique Dammame, “Professionnel de la politique, un métier peu avouable”, In. Michel Offerlé (dir.), *La Profession politique XIXe-Xxe siècles*, Paris, Belin, 1999, p. 37-68, e Christophe Charle, “Les parlementaires de la Troisième République, avant-garde ou arrière-garde d'une société en mouvement?”, In. Jean-Marie Mayeur, Jean-Pierre Chaline e Alain Corbin (dir.), *Les Parlementaires de la Troisième République*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2003, p. 45-63.

27. C. Charle, *Naissance des “intellectuels”*, op. cit.

28. Jean-François Sirinelli, *Intellectuels et passions françaises. Manifestes et pétitions au XXe siècle*, Paris, Fayard, 1990.

A guerra e a ocupação levam a uma perda de autonomia e a uma superpolitização do campo intelectual em torno das questões da eliminação dos “colaboradores” após a Liberação e a Guerra Fria, que subsistirá após a Liberação até a Guerra da Argélia. Ao conferir um significado político às menores atividades intelectuais, como o próprio fato de publicar, a experiência dos “anos negros” desacredita o modelo da arte pela arte ou do intelectual recluso em sua torre de marfim²⁹. A hegemonia do Partido Comunista atesta a manutenção deste estado de superpolitização do pós-guerra, o qual recruta muitos intelectuais após a Liberação e conta com figuras de prestígio como Aragon, Éluard, Picasso, Léger, Joliot-Curie, obrigando dessa forma o conjunto do campo a se definir em relação a ele. O sucesso de Sartre nesta época deve-se ao fato de ele ter definido uma nova figura do intelectual engajado, ao mesmo tempo em que mantém sua autonomia em relação ao Estado e aos aparelhos políticos (no caso, o Partido Comunista).

Sartre inventa então a figura do “intelectual total”³⁰ engajado em todas as frentes do pensamento: ele transcende as fronteiras entre literatura e filosofia que estruturavam o campo intelectual do pré-guerra – contribuindo assim para sua unificação –, fazendo ao mesmo tempo do engajamento uma ética profissional³¹. Em um

momento em que os intelectuais colaboradores são punidos por seus escritos concebidos como atos de traição, ele define a escrita como um ato, ultrapassando a antinomia entre pensamento e ação que havia sustentado amplamente os debates sobre o engajamento dos intelectuais até 1940³². Ao mesmo tempo, o autor de *O Ser e o Nada* vai além da oposição entre gratuidade e responsabilidade que dividia o campo literário até então baseando a responsabilidade do escritor em sua liberdade existencial. Com uma inversão, ele também atribui ao escritor a responsabilidade suprema de defender a liberdade em qualquer lugar do mundo, segundo uma definição que se distancia das concepções heterônomas da responsabilidade social ou penal dos intelectuais impostas pelo Estado ou pelos aparelhos políticos³³. Esta responsabilidade é permanente. Ela diz respeito a todos seus escritos, incluindo os apolíticos. O escritor está engajado no mundo contemporâneo e deve assumir esta responsabilidade cotidiana. Esta figura do “intelectual total” é uma espécie de elaboração suprema do modelo do intelectual crítico e de seu papel profético na sociedade. Entretanto, com a Guerra Fria, que acentua a bipolarização do campo intelectual, e o fracasso de sua tentativa de criar um partido de intelectuais independente (o *Ras-*

29. Gisèle Sapiro, *La Guerre des écrivains, 1940-1953*, Paris, Fayard, 1999.

30. Segundo a expressão de Pierre Bourdieu, “O intelectual total e a ilusão de onipotência do pensamento”, *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*, Paris, Seuil, 1992, p. 293-297.

31. Anna Boschetti, *Sartre et “Les Temps Modernes”. Une entreprise intellectuelle*, Paris, Minuit, 1985 e Pierre Bourdieu, “Sur le fonctionnement du champ intellectuel”, *Regards sociologiques*, 17-18, 1999, p. 5-27.

32. Jean-Paul Sartre, “Présentation des Temps Modernes”, *Les Temps Modernes*, 1, outubro 1945, e *Qu'est-ce que la littérature?*, Paris, Gallimard, 1948; estes dois textos reaparecem em *Situations II*, Paris, Gallimard, 1948, reeditado em 1975. Ver também *La Responsabilité de l'écrivain*, Paris, Verdier, 1998.

33. Gisèle Sapiro, “Responsibility and freedom: foundations of Sartre's concept of intellectual engagement”, *Journal of Romance Studies*, 6(1-2), 2006, p. 31-48 e “The writer's responsibility in France: from Flaubert to Sartre”, *French Politics, Culture and Society*, 25(1), primavera 2007, p. 1-29.

semblement démocratique révolutionnaire, que ele lançou com David Rousset ao final de 1947), Sartre se aproxima do Partido Comunista, do qual se torna companheiro de estrada até 1952, sem deixar de reivindicar sua autonomia e suas prerrogativas de intelectual crítico (ver abaixo).

O fato de escritores terem ilustrado de modo paradigmático esta figura do intelectual profético não deve ocultar o fato de representantes de outras categorias intelectuais terem se engajado durante o Caso Dreyfus, em particular os universitários³⁴. Ainda que intervenham na condição de especialistas ou de professores, e apesar de recorrerem a práticas de contraexpertise, não o fazem em nome de sua competência especializada, mas em nome de valores mais gerais como a verdade, dos quais se julgam guardiões, e de uma ética profissional fundada na liberdade e na independência do espírito que lhes preserva de cederem às paixões e da obediência cega à autoridade, como o formularam Émile Duclaux, o diretor do Instituto Pasteur, e Émile Durkheim³⁵. Explicando que é mais na condição de homens do que na de especialistas que colocaram “sua razão acima da autoridade”, este último sublinha, no entanto, a superioridade que lhes conferem seus hábitos profissionais em matéria de julgamento: “acostumados pela prática do método científico a se absterem de emitir seu julgamento enquanto não se senti-

rem esclarecidos, é natural que cedam menos facilmente ao embalo da multidão e ao prestígio da autoridade”³⁶.

Este modelo de engajamento conheceu uma difusão transnacional. Constitui assim uma referência para o filósofo pragmático americano John Dewey quando ele aceita assumir a presidência de uma comissão de investigação sobre o processo de Moscou em 1936 – como atesta o fato de intitular uma das reuniões, em abril de 1937, de “*The Truth is on the March*”, engajamento que justifica nestes termos:

(...) desejara que para estas investigações preliminares pudesse ser encontrado um presidente cuja experiência lhe qualificasse melhor do que eu para esta missão difícil e delicada. Mas consagrei minha vida às tarefas da educação, entendidas como aquelas da instrução pública no interesse da sociedade. Se enfim aceitei este posto de grande responsabilidade, é porque me dei conta de que agir de outra forma seria mentir contra a obra de minha vida³⁷.

3 O guardião da ordem moralizador

Duclaux e Durkheim respondiam aos ataques dos *antidreyfusards* que contestavam a legitimidade daqueles que designavam, com desprezo, como “intelectuais”. Depois de Maurice Barrès, que sugeriu que a maioria dos signatários da petição a favor

34. Vincent Duclert, “L’engagement scientifique et l’intellectuel démocratique. Le sens de l’affaire Dreyfus”, *Politix*, 48, 1999, p. 71-94.

35. Sobre Émile Duclaux: Vincent Duclert, “La ligue de ‘l’époque héroïque’: la politique des savants”, *Le Mouvement social*, 183, abril-junho 1998, p. 27-60.

36. Émile Durkheim, “L’individualisme et les intellectuels”, republicado em Émile Durkheim, *La Science sociale et l’action*, Paris, PUF, 1987, p. 262 e 270.

37. Citado por Romain Pudal, “Pour une analyse comparée de l’engagement politique des intellectuels en France et aux États-Unis lors des procès de Moscou de 1936-1938”, *Sociétés contemporaines*, 64(4), 2006, p. 95-113.

de Dreyfus eram obscuros graduados a seguir seus professores³⁸, o crítico Ferdinand Brunetière tentara minar as bases dos fundamentos simbólicos do engajamento dos intelectuais *dreyfusards*.

Estes, escreveu ele, reivindicam o direito de se meterem em questões sobre as quais não têm nenhuma competência em função de suas especializações: “eles apenas divagam com autoridade sobre coisas de sua incompetência”.

A erudição e a ciência não se identificam com a inteligência e podem, inclusive, lhe ser contrárias na medida em que o saber especializado é “limitado”, portanto, “restrito”, oposto às “ideias gerais”. A inteligência não pode substituir a “experiência”, a “firmeza de caráter” e a “energia da vontade”. A ciência não dá, assim, “títulos para se governar seus semelhantes”. E conclui que o cientificismo na verdade encobre “as pretensões do Individualismo”, que é um princípio de anarquia³⁹.

38. Fritz Ringer, *Fields of Knowledge. French Academic Culture in Comparative Perspective 1890-1920*, Cambridge/New York/Paris, Cambridge University Press/Éd. de la MSH, 1992, p. 220-221. Ver também Vincent Duclert, “Anti-intellectualisme et intellectuels pendant l’affaire Dreyfus”, *Mil neuf cent*, 15, 1997, p. 69-83.

39. Ferdinand Brunetière, “Après le procès”, *La Revue des Deux Mondes*, março 1898, p. 443, 445 e 446; ver também p. 442 e ss.

POR UMA REFORMA DE BASE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ao tomar partido claramente a favor de um plano de reforma da previdência social, que se compromete com “a criação de um regime universal de seguro-saúde financiado pelo conjunto dos rendimentos”, como disse Nicole Notat, a CFDT deu prova de coragem e de independência de espírito.

Todos sabem que a situação da previdência social não podia mais suportar remendos que, no final das contas, resultavam no aumento das contribuições e na redução das prestações. Ao se comprometer com a ideia de uma contribuição estendida a todos rendimentos, não somente aos salariais, o plano Juppé reconhece o arcaísmo de um sistema que penalizava o emprego e cuja filosofia era restritiva quanto ao acesso aos serviços. Ao propor o desenvolvimento de um controle médico dos gastos da saúde e buscar um cuidado individual dos pacientes, conduz a uma inflexão na política de saúde em direção a uma ação mais preventiva. Enfim, ao propor modificar a gestão dos sistemas de saúde pela votação do orçamento da previdência social pelo Parlamento, ele pode abrir caminho a um verdadeiro debate sobre as opções da política sanitária e social e sobre os respectivos papéis do parlamento e dos parceiros sociais. Quanto a estes três pontos, esta reforma é uma reforma de base que vai em direção à justiça social.

Certamente, o plano governamental comporta aspectos contestáveis: estes dizem respeito à política familiar, ao futuro dos sistemas de aposentadoria e, em filigrana, à política fiscal, que podem suscitar inquietações legítimas quanto a seus princípios e execução. Eles mereceriam um processo de análise e de concertação de natureza igual ao do Livro Branco sobre as aposentadorias. Nosso engajamento a favor das medidas de base relativas ao seguro-saúde vale como um engajamento pela maior vigilância sobre estes outros pontos. Mas, dada a contemporização da esquerda política sobre estas questões, nós, intelectuais, militantes associativos, responsáveis ou experts, queremos nós também assumir nossas responsabilidades e nos engajar na defesa de opções que visem a salvar um sistema que garanta ao mesmo tempo a solidariedade e a justiça social.

Segue a lista dos primeiros signatários:

Gilles ACHACHE, Claude ALPHANDÉRY, Elie ARIÉ, Guy AZNAR, Jacqueline AZNAR, Jean BEAUVILLE, Pascale BECK, Daniel BEHAR, Alain BLANC, Pierre BOURETZ, Dominique BOURG, Rony BRAUMAN, Guy BROUTÉ, Pascal BRUCKNER, Bernard BRUNHES, André BRUSTON, Henri BUSSEY, Jean-Yves CALVEZ, Bertrand CASSAGNE, Roland CAYROL, Gilbert CETTE, Louis CHAUVET, Jacques CHÈREQUE, Daniel COHEN, Henry COLOMBANI, Jeannette COLOMBEL, Guy COQ, Daniel CROQUETTE, Simone DARET, Daniel DEFERT, André DELVAUX, André DEMICHEL, Francine DEMICHEL, Michel DESSAIGNE, Jean-Philippe DOMECCQ, Jacques DONZELOT, Brigitte DORMONT, François DUBET, Nicolas DUFOURCQ, ECHANGES ET PROJETS, Alain EHRENBURG, Corinne EHRENBURG, Bernard EME, Philippe ESSIG, Hughes FELTESSE, Alain FINKIELKRAUT, Jean-Paul FITOUSSI, Jean-Baptiste DE FOUCAULD, Patrick GAGNAIRE, Marc GAGNIÈRE, Antoine GARAPON, Jean-Pierre GATTEGNO, Xavier GAULLIER, François GÈZE, Jacques LE GOFF, Yvon GRAÏC, Benoît GRANGER, Alfred GROSSER, Jean-Yves GUÉRIN, Jean-Paul GUISLAIN, Hervé HAMON, Pierre HASSNER, Jean-Paul JEAN, Isabelle JEGOUZO, Marie-Eve JOËL, Jacques JULLIARD, Sylvain KAHN, Pierre KAHN, Serge KARSenty, Antoine KERHUEL, Jean De KERVASDOUÉ, Jean-François LAÉ, Jean-Louis LAVILLE, Antoine LAZARUS, Marie-France LECUR, Claude LEFORT, Jean LE GAC, Thierry LEHNEBACH, Antoine LEJAY, Jean-Claude LE MAIRE, Christian LE PAPE, Maximilienne LEVET, Jacques LÉVY, Yves LICHTENBERGER, Daniel LINDENBERG, Claude LLABRES, Michel LUCAS, Henri MADELIN, Philippe MADINIER, Marie MAES, Nicole MAESTRACCI, Michel MARIAN, Jean MARQUET, Frédéric MARTEL, Antoine MARTIN, Hélène MATHIEU, Matth Mathieu, Christian MELLON, Pierre-Michel MENGER, Christine MEYER-MEURET, Martine MICHELLAND-BIDEGAIN, Denys MILLET, Georges MINZIERE, Najet MIZOUNI, Thierry MONEL, Olivier MONGIN, Francis MONTES, Jacques MOREAU, Daniel MOTHÉ, Olivier NORA, Denis OLIVENNES, Enk ORSENA, Maurice PAGAT, Serge PAUGAM, Luc PAREYDT, Marie-Claire PICARD, Bazard PERRET, Michelle PERROT, Guy PEYRONNET, Philippe PIBAROT, Jean-Pierre PILLON, Françoise PIOTET, Jean-Claude POMPOUGNAC, René PUCHEU, Hughes PUEL, Yves RAYNOUARD, Gilles-Laurent RAYSSAC, Gilles RENAUDIN, Paul RICOEUR, Jacques RIGAUDIAT, Robert ROCHEFORT, Joël ROMAN, Pierre ROSANVALLON, Guy ROUSTANG, Denis SALAS, Gérard SARAZIN, Michel SCHNEIDER, Isabelle SEGUIN, André SENIK, Alfred SIMON, Martin SPITZ, François-Xavier STASSE, Henri-Jacques STIKER, Serge TER OVANESSIAN, Irène THÉRY, Henri THÉRY, Marie-Olga THÉRY, Michel THÉRY, Paul THIBAUD, Véronique THIEBAUT, Alain THOMASSET, Guy TISSIER, Sylvie TOPALOFF, Armand TOUATI, Jean-Claude TOUBON, Alain TOURAINE, Henri VACQUIN, Louis-André VALLET, François VIDAL, Georges VIGARELLO, Jérôme VIGNON, Bertrand WALLON, Michel WIEVIORKA, Michel WINOCK, Jean-Pierre WORMS, André WORMSER, Gérard WORMSER.

Signature à adresser à Olivier Mongin ou Joël Roman

Esprit, 212, rue Saint Martin, 75003 Paris - Tél : 48.04.92.90 - Fax : 48.04.50.53

A CRISTALIZAÇÃO DE DUAS FORMAS DE ENGAJAMENTO INTELECTUAL DURANTE AS GREVES DE DEZEMBRO DE 1965. Em um intervalo de dez dias, aparecem no *Le Monde* duas petições de intelectuais. A

primeira (aqui acima) que, com a direção da CFDT, apoia as linhas gerais do Plano Juppé, assume principalmente o modelo do expert. A segunda (aqui abaixo) opõe a ela um modelo mais próximo do intelectual crítico.

COMUNICADO DOS INTELECTUAIS EM APOIO AOS GREVISTAS

Frente à ofensiva desencadeada pelo governo, estimamos ser de nossa responsabilidade afirmar publicamente nossa plena solidariedade àqueles e àquelas que, há várias semanas, entraram na luta ou se preparam para fazê-lo. Nós nos reconhecemos plenamente neste movimento que não é, de modo algum, uma defesa de interesses particulares e menos ainda de privilégios, mas que é, na verdade, uma defesa das conquistas mais universais da República. Ao lutar por seus direitos sociais, os grevistas lutam pela igualdade dos direitos de todas e de todos: mulheres e homens, jovens e velhos, desempregados e assalariados, estatutários, funcionários públicos e privados, imigrados e franceses. É o serviço público, garantia de uma igualdade e de uma solidariedade hoje em dia deturpada pela busca da rentabilidade de curto prazo, que os assalariados defendem ao levantar o problema da Previdência Social e das aposentadorias. É a escola pública, aberta a todos, em todos os níveis e garantia de solidariedade e de uma real igualdade de direitos ao saber e ao emprego, que defendem os estudantes ao pedirem vagas e créditos. É a igualdade política e social das mulheres que defendem aqueles e aquelas que saem às ruas contra os atentados aos direitos das mulheres. Todos perguntam em que sociedade queremos viver. Todos também perguntam sobre a questão da Europa: ela deve ser a Europa liberal que nos é imposta ou a Europa cidadã, social e ecológica que nós queremos. O movimento atual é uma crise somente para a política governamental. Para a massa dos cidadãos, ele abre a possibilidade de um começo para mais democracia, mais igualdade, mais solidariedade e para uma aplicação efetiva do Preâmbulo da Constituição de 1946, retomada pela de 1958. Nós conclamamos a todos nossos concidadãos a se associar a este movimento e à reflexão radical sobre o futuro de nossa sociedade que ele envolve; nós lhes conclamamos a apoiar os grevistas material e financeiramente. Segue a lista dos signatários até 9 de dezembro:

Au 9 décembre : A. ACCARDO, P. ALLIES, J.-C. AMARA, C. AMEY, I. AMIN, S. AMIN, J.-L. AMSELLE, H. ANDRÉ-BIBOT, T. ANDREANI, B. APPAY, D. ARDISSON, L. ARLOFF, L. ASTRE, C. ATTIAS-DONFUT, D. AUBERT, L. AUBRAC, R. AUBRAC, Y. AUGÉAT, P. BACHELET, P. BACOT, M. BACOT-DECRIAUX, M. BACQUÉ, E. BALIBAR, A. BARBARA, D. BARBET, R. BARROUX, M.-C. BARON, S. BARON, A.-M. BARRERE, C. BARRERE, C. BARRIER-LYNN, J. BART, M.-H. BARTHE, F. BATTAGLIOLA, P. BAUBY, C. BAUDELLOT, S. BEAUD, N. BEAUFIN, P. BECKOUCHE, M. BELUSSA, G. BENAICH, S. BENANI, Y. BÉNOT, D. BENSARD, D. BERGER, M. BEROT-INARD, A. BERTHO, A. BERTRAND, M.-J. BEZARD, M. BIHAN, J. BIARD, J. BIDET, A. BIDET-MORDRELL, M. BIGOTEAU, A. BIHR, M. BITARD, P. BOCCARA, L. BOLSTANSKI, Y. BOSCH, J.-C. BOUAL, S. BOUCHET, P. BOUHNIN, J. BOUQUIN, R. BOURDERON, P. BOURDIEU, S. BOURMEAU, J. BOUTET, J. BOUTIN, P. BOUVIER, M. BOZON, P. BRETECHER, T. BRISSON, A. BROSSAT, D. BROUSSE, P. BROUÉ, F. BRUN, F. BRUNEL, I. BUCCHIONI, C. BUCHMAN, S. BUKIET, P. BUIRETTE, G. BURMOD, M. BUTEL, D. CABRERA, M. CACOUAULT, M.A. CALOC, P. CAMES, Y. CAREIL, J. CARRICABURN, M. CARTIER, G. CASANOVA, E. CASSIN, D. CARDON, J.-C. CASTELLA, R. CASTRO, B. CHABAUD, P. CHAMPAGNE, F. CHAGNIOT, C. CHANTEPY, G. CHAQUAT, V. CHARBONNIER, B. CHARLOT, E. CHARRON, F. CHATEAURAYNAUD, M. CHATELLIER, J.-P. CHAUVEAU, B. CHAVAROCHE, A. CHEIBAN, Y. CHEMI, E. CHEMLA, J.-C. CHEVALIER, G. CLANCY, Y. CLOT, P. COHEN-SÉAT, A. COLLINET, A. COLLOVALD, A.-M. COLMOU, S. COMBE, D. COMBES, J.C. COMBESSIE, M. COMMUN, J.-C. COMPAIN, A. COMTE, S. CONDON, P. CORCUFF, M.C. CORMIER-SALEM, A. COUBA, L. COUDARD, B. COULMONT, P. COURS-SALIES, G. COURTAY, I. COUTANT, M. CRESSENT, D. DAMAMME, M. DARMON, M. DARRIET, A. DAVISSE, F. DAVISSE, S. DAYAN, A. D'AUTUME, J.F. DEBAT, S. DE BRUNHOFF, G. DE LA PRADELLE, B. DE L'ESTRALE, A. DE MENGIN, V. DE RUDDER, F. DE SINGLY, D. DAENINCKX, J.L. DEATTE, A.-M. DEBATTISSE, D. DEBATTISSE, J. DEBOUZY, M. DEBOUZY, R. DEBRAY, J. DEBROUX, C. DECASTER, J. DEFRAANCE, N. DEHAN, C. DEJOURS, N. DELANOÉ, J.-C. DELAUNAY, J.-P. DELÉAGE, M. DELEPLACE, F. DELASALLE, P. DELASALLE, E. DELMER, C. DELPHY, J. DELTEIL, J. DENOT, N. DEPRAZ, J. DERRIDA, M. DESCHAMPS, R. DESNÉ, A. DESROSIÈRE, A. DETRAZ, R. DI RUZZA, D. DIATKINE, N. DODIER, J.-P. DOLLÉ, R. DORANDEU, F. DOSSE, M. DREANO, F. DREYFUS, M. DREYFUS, C. DUBAR, S. DUCHESNE, F. DUCOUSON-LINHART, I. DUFRESNE, F. DURON, B. DUSSART, N. DUSSULEAU, M. EDDY, N. EDELMAN, M. ELY, A. ERNAUX, B. ESCOUFER, CH. EYSSALET, N. EYSSALET, J.-B. EYRAUD, R. FABRE, J.-P. FALL, J.-M. FAURE, J. FAVRET-SAADA, M. FERRAND, C. FERTE, G. FILOCHE, N. FINOT, S. FOL, S. FORTINO, F. FORTUNET, A. FOUQUE, D. FOUGEYROLAS-SCHWEBEL, CH. FOURNIER, B. FRANÇOIS, N. FRATELLINI, Y. FREMION, M. FREYSSINET, PH. FRITSCH, J.Y. GAGON, J. GAILLOT, B. GAITI, R. GALISSOT, M. GOLLAC, J.-P. GARNIER, F. GARNIER, B. GARNOT, F. GASPARD, C. GAUTHIER, A. GAUTHIER, F. GAUTHIER, D. GAXIE, L. GENTIS, J.-C. GILLET, J. GIRAUT, D. GODINEAU, Y. GOLAY, E. GOLDSMITH, C. GRIGNON, A. GRIMALDI, B. GAINOT, A.-M. GARAT, D. GUENOUN, M. GUESSAZ, J. GUILLAUMOU, H. GUILLON, J. HABEL, M.-C. HABIB, Y. HANTALA, P. HASSENTEUFEL, J. HEINEN, S. HERR, M. HERSENT, B. HERVIEU, J.-PH. HEURTIN, E. HIARD, F. HINCKER, M. HUSSON, F. IMBERT, S. ISRAËL, C. INGERSBORN, A. JACQUARD, P. JACQUIN, CH. JALAUDIN, F. JESUS, A. JOLLET, T. JONQUET, I. JOSEPH, J.-P. JOUARY, M. JOUBERT, J. JOURDIEU, A. JOXE, M. JUNG, M. KAIL, M. KAIL, K.S. KAROL, F. KECK, C. KERBER, D. KERGOAT, J. KERGOAT, K. KERGOPOULOS, S. KLINGBERG-BROSSAT, M. KOSKAS, G. KOUBI, H. KRIVINE, F. LABORIE, E. LABROUSSE, B. LACROIX, P. LADRIÈRE, C. LAFAYE, F. LAFON, R. LAGACHE, J.-B. LAGRAVE, B. LAHIRE, M. LANGLOIS, P. LANTZ, N. LAPIERRE, A. LAUGIER, M.-C. LAVABRE, A. LAVILLE, G. LAZUECH, O. LE COUR GRANDMAISON, D. LEBORGNE, D. LEBRET, M.-H. LECHEN, CH. LEDERMAN, J.A. LEGER, P. LEHINGUE, G. LEIDER, G. LEMARCHAND, C. LEMIEUX, R. LENOIR, M. LEQUENNE, D. LE QUEAU, D. LESCHI, C. LESTRAT, J.-L. LE TOQUEUX, C. LEVY, J.-P. LEVY, D. LINHART, R. LINHART, M. LOWY, I. LOWY, G. LOIRAND, J. LOUKINE, F. LOLOUM, F. LONDON, J. LYON-CAEN, S. MAGRI, S. MC EVOY, D. MAILLARD, H. MALER, M. MARINI, C. MARRY, P. MARRY, M. MARPSAT, R. MARTELLI, J.-P. MARTIN, F. MATONTI, O. MASOLET, G. MASSIAH, G. MAUGER, H. MAURY, N. MAYER, F. MAZIERE, D. MEMMI, B. MICHAUX, G. MICHÉLAT, J. MINCES, J.-Y. MOUËR, G. MOLINA, J.-P. MOLINARI, A. MONNIER, F. MORVAN, D. MOTCHANE, P. MOURAUD, G. MOURÉAU, J.C. MOURET, R. MOURIAUX, J.-L. MOYNOT, L. MOZERE, N. MURARD, A. MUXEL, S. NAIR, M. NAJMAN, D. NICOLAÏDIS, A. NIZARD, M. ODEYE-SINZ, D. OUGARD, X. PAPASIS, M.-CH. PASCAL, F. PAYEN, G. PÉCOUT, W. PELLETIER, C. PENNETIER, J.-M. PERNOT, G. PERRAULT, G. PERRIER, V. PÉROUSSAPORE, C. PEYRARD, R. PEFFERKORN, M. PIALOUX, M. PIGENET, M. PINÇON, P. PINELL, J. PINTO, L. PINTO, F. PLATONE, F. POIRIER, C. POLJAK, L. POURINET, E. PRETECEILLE, M. PRUM, B. PUDAL, H. PUISEUX, A. QUERRIEN, L. QUÉTIER, Y. QUINIOU, P. QUINQUETON, P. RAINIER, M. REBERIOUX, J.-C. RENOUX, J.J. REPARET, J.-N. RETIERE, J. RIGAUDAT, M. RIOT-SARCEY, R. ROBIN, J.-Y. ROCHEX, C. ROGERAT, P. ROLLE, M.T. ROLY, D. ROME, A. ROUX, P. ROZENBLATT, CH. RUBY, TH. RUF, A.G. SAIMOT, Y. SALESSE, CH. SALMON, C. SAMARY, R. SAMSON, C. SARDAIS, M. SARRIER, F. SAWICKI, R. SCARPARTO, L. SCHWARTZENBERG, B. SEIBEL, M. SELIM, D. SENOTIER, M.-J. SERRAZIN, L. SÈVE, R. SILBERMAN, P. SILBERSTEIN, M. SIMIER, M. SINEAN, J. SINGER, Y. SINTOMER, F. SITEL, D. SIVADON, R. SKOUTELSKI, B. SLAMA, I. SOMMIER, J. SONCIN, C. SPIGA, A. SPIRE, Y. STRUILLON, F. SUBILEAU, A. SUILLEROT, M. SURDUTS, P.-A. TAGUIEFF, M. TALLARD, L. TANGUY, P. TANCELIN, L. TARRIN-RAME, S. RAME, J.-P. TERRAIL, E. TERRAY, J. TEXIER, J.-P. TERRENOIRE, A. THEBAUD-MONY, N.-E. THEVENIN, L. THEVENOT, M.-N. THIBAUT, D. THIN, H. THOROUAL, J.P. THUILLIER, CH. TOPALOV, A. TOSEL, M. TOURNIER, X. TOUTAIN, J. TRILLAUD, J. TRAT, E. TRAVERSO, R. TREMPÉ, M. VAKALOULIS, M.F. VALETAS, A. VALTIER, E. VARIKAS, J. VARIN, M. VERRÉ, P. VIDAL-NAQUET, K. VIE, C. VILLENEUVE-GOKALP, J.-M. VINCENT, M. VLADY, S. VOLKOFF, M. VOVELLE, M. VUAILLAT, S. WAHNICH, E. WALLON, G. WASSERMAN, F. WEBER, B. WILLIAM-SIGG, F. WOLFF, S. WOLKOW, J.-C. ZANCARINI, M. ZANCARINI-FOURNEL, B. ZARCA, C. ZAZA, M.-H. ZYLBERBERG-HOCCOARD.

Adressez vos signatures et vos dons à Catherine LEVY : 4, rue Rambuteau, 75003 Paris, Fax : 43 49 50 49 - C23P05161 J

Visando o engajamento universalista dos intelectuais especializados, a contestação de Brunetière é característica do ponto de vista dos guardiões da ordem moralizadores. Ela se inscreve numa linhagem antiintelectualista que recusa a legitimidade da palavra crítica independente e quer subordinar o pensamento às autoridades tradicionais, Estado e Igreja, em conformidade com o segundo princípio de oposição que propusemos mais acima. A concepção de responsabilidade social do escritor elaborada por Paul Bourget no prefácio de *Le Disciple*, publicado em 1889, é representativa desta ideia de engajamento: a responsabilidade deve limitar a crítica do intelectual, ela “limita seus direitos”, como explicará um de seus comentadores católicos⁴⁰. O lançamento de *Le Disciple* causara uma polêmica que contribui, antes mesmo do Caso Dreyfus, a estruturar o debate no campo intelectual: frente a Anatole France, que defendia os “direitos imprescritíveis” do pensamento e da liberdade de expressar qualquer sistema filosófico, o crítico Ferdinand Brunetière impunha, na *Revue des Deux Mondes*, limites à audácia da especulação intelectual⁴¹.

É contra a autonomização da função crítica na sociedade que aqueles que chamaremos aqui de guardiões da ordem moralizadores se posicionaram durante o Caso Dreyfus, defendendo a “Razão de Estado” e as instituições como o Exército, ao qual os valores tradicionais devem estar subordinados. A atividade intelectual é para eles um instrumento de manutenção e de reprodução da ordem social, ela deve estar subordinada ao interesse nacional e ao das classes

dominantes. No mais das vezes, estes “notáveis” retiram sua autoridade de sua proximidade com as frações da classe dominante que compõem seu público e das instituições através das quais controlam o campo de produção cultural, como a Academia Francesa. Relativamente pouco dotados de capital simbólico específico, eles fazem valer estes títulos de legitimidade institucional quando assinam seus escritos e suas tomadas de posição. Os suportes de seus engajamentos são a grande imprensa, a conferência e o ensaio. Eles têm afeição em especial pelo retrato do homem político que lhes permite expor sua proximidade com as grandes figuras do momento: citamos como exemplo *Hitler*, de Louis Bertrand (Fayard, 1936), *Mussolini et son peuple*, de René Benjamin (Plon, 1937) e, do mesmo autor, *Le Maréchal et son peuple* (Plon, 1941). Frequentando as reuniões oficiais e mundanas, assim como os círculos de poder, eles frequentemente se engajam como “conselheiros do príncipe”, isso quando não exercem diretamente o poder como ministros ou diplomatas, ou ainda através da patronagem, como membros do comitê de honra de um partido, de uma associação ou de uma instituição de caridade – forma prática que corresponde à sua postura moralizadora –, aos quais levam sua caução institucional. Assim, dez membros da Academia Francesa fizeram parte do comitê de honra da associação “Solidarité d’Occident”, fundada em junho de 1938 para apoiar a Espanha franquista⁴².

Como explica Pierre Bourdieu, o efeito de refração exercido pelo campo intelectual lhes obriga, no entanto, a enfrentar os in-

40. Georges Fonsegrive, De Taine à Péguy. *L'évolution des idées dans la France contemporaine*, Paris, Bloud et Gay, 1917, p. 73.

41. Thomas Loué, “Les fils de Taine entre science et morale. À propos du Disciple de Paul Bourget (1889)”, *Cahiers d'histoire*, 65, 1996, p. 55.

42. “Solidarité d’Occident”, *Occident*, 16, 10 de junho de 1938.

telectuais críticos em seu próprio terreno e a se referirem a problemáticas específicas do campo intelectual que eles próprios não definiram, o que fica marcado em suas estratégias discursivas mais típicas. Elas retraduzem na verdade a “posição contraditória de dupla exclusão, ela própria associada, na maioria dos casos, a uma *trajetória cruzada* que, a custa de uma dupla inversão, conduz das posições dominantes no campo do poder ao campo de produção cultural, que nele ocupa uma posição dominada, e, mais precisamente, às posições temporalmente dominantes do campo de produção cultural⁴³.”

Este tipo de trajetória cruzada pode ser ilustrado pelo percurso de Henry Bordeaux, que analisamos em detalhe em outro lugar⁴⁴: saído da burguesia provincial, apoiado em de Maistre, Taine, Fustel de Coulanges e Le Play, ele se orienta, assim como seus irmãos (dos quais um fez carreira no Exército e os outros dois seguiram formação de engenheiros em grandes escolas⁴⁵, Politécnica e Minas), para profissões tradicionalmente reservadas à burguesia, graduando-se e em direito e em letras. Após um “desvio” momentâneo devido a sua socialização nos ambientes literários parisienses – primeira inversão –, ele retorna a Thonon para auxiliar seu pai, ao qual sucederá, enraizando-se na condição de notável e na visão de mundo ultraconservadora que lhe conduzirá a elaborar uma obra literária inteira dedicada à encarnação dos valores tradicionais. Ela é coroada a par-

tir de 1919 – segunda inversão – com sua eleição para a Academia Francesa em 1919, que encarna o polo de consagração temporal do campo literário. Transformado em propagandista fervoroso da Revolução nacional depois da derrota de 1940, em 12 de novembro do mesmo ano defende, no *Paris-Soir*, que o retrato do Marechal seja pendurado em todos os lugares, públicos e privados – “Cada casa, cada cabana deve ser iluminada por este rosto” –, antes de homenageá-lo em uma obra intitulada *Images du Maréchal Pétain* (Sequana, 1941).

Esta posição instável lhes leva a recorrer a dois tipos de estratégias contraditórias: “eles precisam combater a ‘crítica intelectual’ conduzindo-a a sua mais simples expressão, o que lhes expõe constantemente à clareza simplista do vulgarizador; mas, sob pena de perder toda força específica, eles devem também manifestar que são capazes de responder como “intelectuais” às críticas dos “intelectuais”, e que seu gosto pela clareza e pela simplicidade, ainda que se inspire em uma forma de antiintelectualismo, é o efeito de uma livre escolha intelectual⁴⁶.”

Característica desta dinâmica de reação contra os intelectuais críticos que a mobilização *antidreyfusarde* já havia ilustrado é a declaração “Por um partido da inteligência”, publicada no *Le Figaro* de 19 de julho de 1919, em reação à “Declaração de independência

43. Pierre Bourdieu, “Le champ littéraire”, *Actes de la recherche en sociales*, 89, setembro 1991, p. 10.

44. Gisèle Sapiro, “Salut littéraire et littérature du salut. Deux trajectoires de romanciers catholiques: François Mauriac et Henry Bordeaux”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 111-112, março 1996, p. 36-58.

45. No original, *grandes écoles*. Instituições que se situam no alto da hierarquia do ensino superior francês, em geral acima das universidades, como a École des Mines, École Polytechnique, École Normale Supérieure, École Nationale d’Administration. (N. T.).

46. P. Bourdieu, “Le champ littéraire”, op. cit., 1991, p. 10.

de espírito” enviada por Romain Rolland à *Humanité*, que a publicou em sua edição de 26 de junho de 1919. Com Paul Bourget, da Academia Francesa, encabeçando os signatários, esta declaração era precedida por um cabeçalho que explicava: “Certos intelectuais publicaram recentemente um manifesto no qual repreendiam seus coirmãos por terem “aviltado, rebaixado, degradado o pensamento” ao colocá-lo a serviço da pátria e de sua causa justa. Os signatários do comunicado que publicamos hoje teriam deixado tais questões sem resposta, como deixam seus autores se exilarem a si próprios, se sua ação não parecesse agir como um fermento daninho e ameaçar a inteligência e a sociedade. Eles pensam de fato que a opinião pública, atormentada por estas loucuras, necessita ser guiada e protegida e estimam que este seja o papel dos escritores realmente conscientes do perigo e que desejam servir. Contra o bolchevismo do pensamento, contra o partido da ignorância, eles pretendem organizar uma defesa intelectual⁴⁷.”

Se esta forma de engajamento é mais frequente entre os intelectuais não especializados, ela pode coroar a carreira de um especialista intervindo até então como expert, a exemplo de Alexis Carrel ao publicar sua

obra *L'Homme*, cet inconnu para acenar com a ameaça da “degenerescência” que a queda da natalidade faz pesar sobre a “raça”⁴⁸.

4 O grupo intelectual contestador e a “vanguarda”

A forma coletiva que corresponde à postura do intelectual crítico generalista, reunindo intelectuais menos dotados de capital simbólico, é o grupo intelectual com vocação ético-política. A Liga dos Direitos do Homem, que perenizou o engajamento *dreyfusard* após o Caso Dreyfus, é seu arquetipo⁴⁹. Os anos 1930 veem se multiplicar estas organizações, como a Associação dos Escritores e Artistas Revolucionários e o Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas⁵⁰. Mas são as “vanguardas” literárias e artísticas que encarnaram da melhor forma este tipo de engajamento coletivo. A exemplo das seitas religiosas e dos grupúsculos políticos, a organização em grupo é seu modo de acumulação primitiva de capital simbólico (coletivo). Concebendo as revoluções simbólicas na criação como uma forma de subversão da ordem social, ao modo dos surrealistas ou dos situacionistas⁵¹, elas se opõem mais diretamente, sob este aspecto, aos guardiões da ordem moralizadores, para

47. Citado em J.-F. Sirinelli, *Intellectuels et passions françaises*, op. cit., p. 43.

48. Francine Muel-Dreyfus, *Vichy et l'éternel féminin. Contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps*, Paris, Seuil, 1996, p. 91-92. Para outros exemplos, ver o artigo de Sébastien Lemerle em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 176 – 177.

49. V. Duclert, “La ligue de “l'époque héroïque””, art. cit. A *ligue antidreyfusarde* não conheceu a mesma perenidade: ver Jean-Pierre Rioux, *Nationalisme et conservatisme: la Ligue de la patrie française*, 1899-1904, Paris, Beauchesne, 1977.

50. Nicole Racine, “L'Association des écrivains et artistes révolutionnaires (AEAR). La revue “Commune” et la lutte idéologique contre le fascisme (1932-1936)”, *Le Mouvement social*, 54, janeiro-março 1966, p. 29-47; “Le Comité de vigilance des intellectuels antifascistes, 1934-1939. Antifascisme et pacifisme”, *Le Mouvement social*, 101, outubro-dezembro 1977, p. 87-113.

51. Sobre a prática da “subversão” dos situacionistas, ver Tom McDonough, “*The Beautiful Language of My Century*”: *reinventing the Language of Contestation in Postwar France*, 1945-1965, Cambridge/Londres, MIT Press, 2007.

quem o pensamento e a literatura devem ser um meio de conservação da ordem social. Uma das características das vanguardas é a contestação das fronteiras sociais entre atividades ou identidades: elas criticam a especialização dos campos de produção cultural e científico e combatem, às vezes abertamente, a divisão do trabalho, como fizeram os situacionistas⁵².

Na falta de capital simbólico individual (é preciso um nome ou um título para assinar uma petição), as vanguardas envolvem-se através de manifestos (assinados com nome próprio) e manifestações barulhentas, que são os meios de protesto dos dominados. Seu anticonformismo lhes conduz a produzir balanços sobre a arte e o pensamento de seu tempo para melhor desconstruir-lhes os fundamentos dóxicos e teorizar seus princípios em textos-manifestos, como os manifestos surrealistas *Pour un nouveau roman* (Minuit, 1961), de Alain Robbe-Grillet, ou ainda *Théorie d'ensemble* (Seuil, 1968) de Tel Quel, o que lhes fazia com frequência serem taxados de “teoricismo terrorista”⁵³.

Seu desejo de transgressão das normas éticas e estéticas (as primeiras funcionando tanto quanto censuras artísticas) lhes aproxima do radicalismo político. Depois de se aliarem aos marxistas do grupo *Philosophies* para se posicionarem contra o colonialismo francês da Guerra do Rif em 1925, dando assim uma dimensão ético-política a seu culto romântico do Oriente, os surrea-

listas optaram, por exemplo, pelo comunismo ou pelo trotskismo⁵⁴. Mas mesmo quando sua estratégia subversiva lhes conduz a dar um caráter político a seu protesto, como no caso citado, as vanguardas também se recusam a sacrificar a autonomia do julgamento estético. Aliás, esta exigência de autonomia da arte levou a maioria dos membros do grupo surrealista a romper com o Partido Comunista, que queria subordinar a arte aos imperativos políticos da Revolução.

Nos anos 1950, os escritores do Nouveau Roman resolvem este problema dissociando a literatura da política. Rompendo com o modelo sartreano de engajamento, Alain Robbe-Grillet considera que a arte não pode ser um meio a serviço de uma causa – seja ela a Revolução –, ela não deve ensinar, nem visar à eficácia. Submetido a um critério de apreciação exterior (político ou moral), ela se expõe à rotinização, à ortodoxia. Para que seja arte, é preciso resignar-se a sua gratuidade. O novo romance recusa assim a herança humanista, que deseja que a literatura seja portadora de uma moral positiva. Robbe-Grillet apela ao retorno da “arte pela arte” e conclui: “devolvamos à noção de engajamento o único sentido que ela pode ter para nós. Em vez de ser de natureza política, o engajamento é, para o escritor, a plena consciência dos problemas atuais de sua própria linguagem”⁵⁵. Mas se dissociam a arte da política, os novos romancistas não

52. Ver o artigo de Éric Brun em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* n° 176 – 177 .

53. É o que faz Jean Paulhan em seu ensaio *Les Fleurs de Tarbes*, ou *la terreur dans les Lettres*, Paris, Gallimard, 1941. A acusação também foi feita contra o grupo Tel Quel; ver Philippe Forest, *Histoire de Tel Quel, 1960-1982*, Paris, Seuil, 1995, p. 299.

54. Maurice Nadeau, *Histoire du surréalisme*, Paris, Seuil, 1945, e Norbert Bandier, *Sociologie du surréalisme. 1924-1929*, Paris, La Dispute, 1999.

55. Alain Robbe-Grillet, *Pour un nouveau roman*, Paris, Minuit, 1961, p. 39.

renunciam à ideia sartreana de responsabilidade do escritor: eles assinam (ao lado de Sartre) a “Declaração sobre o direito de insubmissão na Guerra da Argélia”, também chamado “Manifesto dos 121”⁵⁶.

Nos anos 1960, o grupo Tel Quel, dirigido por Philippe Sollers, também tenta associar heresia literária e radicalismo político⁵⁷. No entanto, frente à aceleração da divisão do trabalho de expertise e à imposição do paradigma científico nas ciências humanas e sociais, a separação entre literatura e política operada pelo Nouveau Roman contribui, afinal, para o declínio do modelo profético de engajamento a partir dos anos 1960. A defesa do esquema de criatividade em maio de 1968 não é estranha a esta ascensão do poder tecnocrático⁵⁸. Enfim, se o engajamento feminista de Simone de Beauvoir dependia do modelo universalista, a fração das feministas diferencialistas inscreve-se principalmente neste tipo de intervenção por sua vontade de subverter as representações e por seu modo de ação coletivo, ao passo que as feministas materialistas desenvolvem uma especialização crescente que lhes coloca nos dois últimos tipos ideais. Este processo de especialização atinge igualmente os intelectuais de instituição.

5 O intelectual de instituição ou de organização política

Os intelectuais de instituição (sobretudo religiosa) ou de partido têm como tarefa principal ilustrar e defender a doutrina e/ou a linha ideológica da instância à qual escolheram aderir, a exemplo de Giovanni Gentile ao escrever o Manifesto dos Intelectuais Fascistas em 1925. Eles precisam ajustar-se constantemente às obrigações específicas que lhes são impostas e que subordinam os valores intelectuais à disciplina militante⁵⁹. Disso resulta uma tensão entre valores e interesses contraditórios (intelectuais vs militantes), como as que emergem das tentativas dos intelectuais católicos e de seus homólogos comunistas de adquirir uma autonomia relativa no interior da instituição.

A figura do intelectual nasceu da perda do monopólio do poder espiritual pela Igreja e do processo de secularização que conduziu a instituição eclesiástica a reorientar sua estratégia no final do século XIX⁶⁰. Além de abrir um espaço aos intelectuais leigos, o enquadramento do “movimento de renascimento literário católico” poderia ser considerado como um início de especialização do papel dos intelectuais – uma vez que se

56. Anne Simonin, “La littérature saisie par l’Histoire. Nouveau Roman et guerre d’Algérie aux Éditions de Minuit”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 111-112, março 1996, p. 69-71.

57. Niilo Kauppi, *Tel Quel: la constitution sociale d’une avant-garde*, Helsinki, The Finnish Society of Sciences and Letters, 1990.

58. Boris Gobille, “Les mobilisations de l’avant-garde littéraire française en mai 1968. Capital politique, capital littéraire et conjoncture de crise”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 158, junho 2005, p. 30-61.

59. O caso dos intelectuais do Partido Popular francês mostra, no entanto, que a renúncia à autonomia não é sempre o resultado de um dever estrito imposto pelo partido nem de um enquadramento estreito: ver Laurent Kestel, “De la conversion en politique. Genèse et institutionnalisation du Parti populaire français, 1936-1940”, tese de doutorado, Université de Paris I, 2006, p. 458-472.

60. Hervé Serry, *Naissance de l’intellectuel catholique*, Paris, La Découverte, 2004.

trata de um engajamento por meio de suas obras –, se ele não estivesse destinado antes de tudo a combater a ascensão do paradigma científico e, precisamente, a divisão do trabalho intelectual. É contra a emergência de um sindicalismo intelectual, com a criação da Confederação dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) em 1919, que os intelectuais católicos lançam um apelo para a união das profissões intelectuais sob a égide da Igreja. A ideia de um grupo de intelectuais aparece afinada com o princípio de entreajuda ajustado à caridade e com o ensinamento dos papas que “nos indicam a via fecunda da organização corporativa como a única que leva a uma ordem social em que os direitos têm seu lugar e todos os interesses materiais são respeitados pacificamente”⁶¹. Mas todos também estão de acordo em contestar a concepção “materialista” e saint-simoniana do papel dos intelectuais e de seu lugar na sociedade segundo a visão da CTI. A dupla função de mediação que lhes foi designada nesta época, de “intérprete e de barreira de proteção” entre os militantes e Roma e de diálogo entre a Igreja e a sociedade intelectual, se fragmentará ao redor de 1968, após o *aggiornamento* do qual foram porta-dores e que conduziu a Vaticano II⁶².

Se é esperado dos intelectuais de instituição, como um todo, que renunciem a sua liberdade de consciência pela defesa da causa, eles não formam, no entanto, uma categoria homogênea do ponto de vista das mo-

dalidades ou das formas de engajamento. Na verdade, sua aptidão em afirmar sua autonomia no interior da instituição varia em função de suas propriedades sociais e de seu capital simbólico específico, levando-lhes a adotar posturas que se aproximam das outras figuras ideal-típicas aqui descritas. Segundo Hervé Serry, o movimento de renascimento literário católico permitiu a emergência de uma figura de intelectual crítico no seio da Igreja, encarnada por Jacques Maritain, François Mauriac e Georges Bernanos nos anos 1930. Pelo lado dos intelectuais comunistas, Frédérique Matonti mostrou o confronto de duas posições num período de redução da pressão que pesava sobre os intelectuais, a do “‘conselheiro do príncipe’ thoreziano”, encarnado em especial por Roger Garaudy, que define *As Tarefas dos Filósofos Comunistas* segundo as “figuras impostas”, e a do “rei-filósofo”, representada por Althusser que, dotado de seus títulos universitários, assume uma postura intelectual crítica recusando submeter-se à autoridade da instituição em matéria filosófica⁶³. Este tipo de posição é novo: em instituições como a Igreja ou o Partido Comunista, que pretendem impor uma visão global do mundo, a filosofia sempre foi o domínio mais bem protegido, com “guardiões do templo” a postos⁶⁴. Sinal de enfraquecimento da instituição, ele inaugura, para os intelectuais de *A Nova Crítica*, um papel inédito de “conselheiros do príncipe” encarre-

61. François Hepp et Henri Massis, “Les intellectuels catholiques devant le syndicalisme intellectuel II”, *La Revue des jeunes*, XXIV(11), 10 juin 1920, p. 527.

62. Denis Pelletier, *La Crise catholique. Religion, société, politique*, Paris, Payot, 2002, p. 254-255. Sobre o confronto destes intelectuais com o marxismo após a Segunda Guerra Mundial, ver Id., *Économie et humanisme. De l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde, 1941-1966*, Paris, Cerf, 1996.

63. Frédérique Matonti, *Intellectuels communistes. Essai sur l'obéissance politique. La Nouvelle Critique (1967-1980)*, Paris, La Découverte, 2005, p. 76 e ss. Para o período anterior, ver Jeannine Verdès-Leroux, *Au service du Parti. Le Parti communiste, les intellectuels et la culture (1944-1956)*, Paris, Fayard, 1983.

64. F. Matonti, op. cit., p. 202.

gados de participar da elaboração da linha do PCF no período de *aggiornamento* que é aberto após o comitê central de Argenteuil, mas sem deixarem de estar submetidos à autoridade da instituição.

Contudo, a literatura foi, tanto para os intelectuais católicos quanto para os intelectuais comunistas, um lugar onde a reivindicação de uma relativa autonomia se pôde fazer ouvir em primeiro lugar. No momento em que o jdanovismo impõe uma obrigação sem precedentes à criação artística ao prescrever um “método” e submeter as obras ao serviço da causa comunista, Aragon, apoiado no capital simbólico adquirido na Resistência intelectual, onde já havia explorado os limites da autonomia, reivindica para os escritores, em nome de sua especialidade, o direito de recusar a opinião do “leitor de massa” ou do operário⁶⁵. Esta reivindicação inscreve-se, após o próprio jdanovismo, em um processo de especialização das atividades intelectuais no interior do PCF que acompanha a institucionalização do Partido Comunista⁶⁶: o papel dos intelectuais não é mais o de servir de caução simbólica à causa do proletariado, mas de colocar suas competências específicas a serviço da transformação do mundo social, seja através da ciência, da criação ou do ensino. Esta concepção, surgida na URSS nos anos 1930 com o jdanovismo, ele próprio, em parte, produzido contra o “proletkult”, foi introduzida na França durante a guerra, na Resistência cultural, e levada a cabo na Liberação através da organização dos intelectuais comunistas em profissões.

Oposta à tendência “obreirista” que pretendia, em última instância, submeter os produtos culturais ao julgamento do povo e de seus representantes, esta organização visava a enquadrar e a controlar o trabalho intelectual evitando que formassem um corpo e uma força de oposição em seu interior⁶⁷. O partido então encorajou seus intelectuais, por um lado, a produzir obras em conformidade com o “método” realista-socialista (data desta época também o debate sobre ciência burguesa e ciência proletária⁶⁸) e, por outro lado, a se engajar ao lado dos não-comunistas em combates ligados a seus domínios, como a defesa do livro francês ou do cinema francês contra o “imperialismo” cultural americano.

A polêmica que agita o polo radical do campo intelectual em 1955 em torno do papel dos intelectuais no movimento revolucionário, e mais especificamente sobre a legitimidade do intelectual comunista, é um momento de enfrentamento aberto entre os diferentes modelos de engajamento intelectual. A função do intelectual comunista que, como dissemos, se profissionalizou, é contestada por dois lados. É criticada a partir dos valores próprios do campo intelectual porque ele exerce sua profissão renunciando às prerrogativas que lhe são específicas: liberdade, criatividade, iniciativa, espírito crítico. Esta é, em especial, a posição de Sartre e de muitos intelectuais progressistas, como Louis Martin-Chauffier, antigo companheiro de estrada do partido, que se afastou em 1953:

65. Louis Aragon, “Le roman et les critiques”, *La Nouvelle Critique*, 17, junho de 1950, p. 75-90.

66. Gisèle Sapiro, “Formes et structures de l’engagement des écrivains communistes en France de la ‘drôle de Guerre’ à la Guerre froide”, *Sociétés & Représentations*, 15, dezembro 2002, p. 155-176.

67. Laurent Casanova, *Le Parti communiste, les intellectuels et la nation*, Paris, Éd. Sociales, 1949.

68. Frédérique Matonti, “La colombe et les mouches. Joliot-Curie et le pacifisme des savants”, *Politix*, 58, 2002, p. 109-140; Michel Pinault, *Frédéric Joliot-Curie. Le savant et la politique*, Paris, Odile Jacob, 2000.

Quem diz partido, ou movimento, ou qualquer organização que seja, a mais nobre em seus fins, a mais escrupulosa na escolha de seus meios – diz necessariamente discipli-

na, coesão, tática. Ora, quem não vê que estas necessidades (...) são exatamente o oposto das regras do espírito, que comandam ao mesmo tempo o pensamento e a vida?⁶⁹.

ENGAJAMENTO DOS DESEMPREGADOS E PERSONIFICAÇÃO DOS ANÔNIMOS.

O movimento dos desempregados, como outros movimentos de "sem", atraiu numerosos apoios intelectuais no final dos anos 1990. Mas o seu fraco tratamento midiático suscitou a invenção de técnicas de visibilização, como a personificação dos anônimos, com a ajuda de fotografias abrindo as manifestações.



Em particular, Sartre fustiga seu ex-aluno Jean Kanapa, chefe de redação da revista doutrinária do Partido, *La Nouvelle Critique*, que reage ao questionamento sobre os intelectuais comunistas em diversas tribunas, indo da revista anticomunista *Preuves a Temps Modernes*. O argumento de Sartre é simples: se o Partido Comunista quer atrair os intelectuais progressistas, deve assegurá-los quanto à preservação de sua autonomia como intelectuais. Sartre intervirá novamente após a publicação, em 1956, do livro de Pierre Hervé *La Révolution et les fétiches*, que custará a seu autor a expulsão do Partido Comunista por adotar no livro uma perspectiva crítica vela-

da, tocando em casos como o do “complô dos médicos”, que favoreceu a expressão de tendências antisemitas na URSS.

Pelo lado da esquerda marxista não-comunista, ao contrário, critica-se o intelectual comunista, segundo a lógica militante, por conservar prerrogativas de intelectual em vez de se fundir com o movimento revolucionário: esta é em especial a posição de Dyonis Mascolo e de Pierre Naville. Sob o título *Le Communisme*, Dyonis Mascolo publicou um ensaio em que contesta a própria existência do intelectual comunista em nome da necessidade deste de se integrar com o proletariado: é a figura do intelectual revolucionário.

69. *Demain*, 12-18 janvier 1956.

Dentro de sua polêmica com Sartre, Naville propõe uma análise mais complexa, que ilustra a transição entre o modelo generalista e o modelo profissional⁷⁰.

Aos olhos de Naville, Sartre encarna a figura paradigmática do “intelectual” que se concebe como pertencendo a uma classe à parte da sociedade e perpetua a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual em nome dos privilégios do “criador”: ele recusa o marxismo ao mesmo tempo em que apoia a burocracia comunista que institucionaliza esta divisão do trabalho instalando a intelligentsia como um corpo à parte da sociedade. Esta não tem outra função além de justificar o poder estabelecido, pois ela apenas descreve o que foi feito em vez de dizer o que deve ser feito. É a própria noção de “engajamento”, em nome da qual Sartre apoia o comunismo, que Naville recusa. Mais do que isso, ele nega que os intelectuais tenham uma missão específica. Contra a figura do intelectual engajado, Naville, ele próprio transformado em sociólogo do trabalho depois de haver trabalhado como psicólogo de orientação profissional, promove a figura do profissional que exerce seu ofício de engenheiro, médico ou de contador e que, em parte orientado à prática, pode exercer uma função de expertise. Isto também vale para o criador que, em função de suas obras, e com toda liberdade, deve exercer uma função crítica na sociedade, mas sem se misturar com a política. Paralelamente, ele preconiza, para aqueles que desejarem, a transfe-

rência integral de suas diversas capacidades para as classes oprimidas, de acordo com o modelo dos intelectuais revolucionários⁷¹.

Caso limite do intelectual de organização, o revolucionário profissional, que se funde com o movimento operário renunciando a suas prerrogativas, traça as fronteiras do engajamento intelectual onde ele não se diferencia mais da ação política (mesmo que com frequência, na prática, estes revolucionários profissionais permaneçam mais teóricos do que militantes). Sob este aspecto, ele é diametralmente oposto à figura do expert que se situa no limite entre atividade profissional e engajamento.

6 O especialista consultado pelos dirigentes ou o “expert”

Se for possível remontá-la ao antigo regime com a aritmética política, ancestral da estatística⁷², a afirmação da figura do expert que baseia seu julgamento em um saber científico certificado se inscreve no processo de especialização e na competição em torno da divisão do trabalho de expertise, seguindo a análise de Andrew Abbott. O reconhecimento de uma competência pelo Estado (“*jurisdiction*”) implica, em contrapartida, um serviço do Estado. O expert é aquele que informa as decisões dos poderes públicos e fornece os fundamentos “científicos” das políticas públicas⁷³. O diagnóstico que ele produz deve

70. Pierre Naville, *La Révolution et les intellectuels*, Paris, Gallimard, 1975, p. 148-214.

71. Gisèle Sapiro, “Pierre Naville et Jean-Paul Sartre: une controverse sur le rôle social de l’intellectuel” ; Frédérique Matonti, “Naville et les intellectuels communistes”, em Françoise Blum (dir.), *Les Vies de Pierre Naville*, Lille, Presses universitaires du Septentrion, 2007, p. 127-142 e p. 143-155. Sobre a trajetória de Naville, nos referiremos às demais contribuições do volume de *Actes de la Recherche en Actes* n° 176 – 177.

72. Alain Desrosières, *La Politique des grands nombres. Histoire de la raison statistique*, Paris, La Découverte, 1993, 2000, p. 36.

73. Ver os dois dossiês que a revista *Genèses* dedicou ao tema da expertise, n. 65, dezembro 2006, e n. 70, janeiro 2008.

permanecer “neutro”. A neutralidade é exibida como sinal de cientificidade, em sentido oposto ao da ideologia, suspeita de subordinar o conhecimento para fins políticos. Este papel de expert na elaboração das políticas públicas se institucionaliza nos Estados Unidos com o surgimento dos *think tanks*, em conexão com o desenvolvimento da expertise científica para fundar as políticas públicas no quadro do New Deal⁷⁴.

Diferentemente dos Estados Unidos, onde as profissões liberais sempre foram “livres”, em um país centralizado como a França, a competência de expertise se constituiu primeiro no próprio interior da administração, com a formação de um corpo de engenheiros e de altos funcionários, o que limitou esta possibilidade a outras profissões⁷⁵. No entanto, a algumas se distribuem tarefas de expertise desde o século XIX, a exemplo dos psiquiatras junto aos tribunais ou dos médicos higienistas⁷⁶. Entre as ciências so-

ciais, a criminologia, a demografia e a estatística reivindicam este papel desde o século XIX por meio de diversas questões constituídas como de sua competência, criminalidade, queda de natalidade, higienismo⁷⁷ (a estatística se tornará uma ciência sobretudo na Itália e na Rússia⁷⁸). A economia impõe-se no entre – guerras com o apoio das fundações filantrópicas, especialmente do Laura Spelman Rockefeller Memorial, que visa a criar uma rede mundial de institutos de estudos da conjuntura⁷⁹. De fato, as fundações encorajam o desenvolvimento da expertise nas ciências sociais, o que vai de par com a imposição dos métodos estatísticos e da neutralidade axiológica como marcas de cientificidade⁸⁰. A Liga das Nações contribui, através de sua Comissão de Cooperação Intelectual, a institucionalizar em escala internacional este recurso a “experts desinteressados”, como explica o helenista inglês Gilbert Murray ao assumir a presidência desta comissão⁸¹.

74. Ver o artigo de Tom Medvetz *Actes de la Recherche en Actes* n° 176 – 177.

75. Ver, por exemplo, Odile Henry, “L'impossible professionnalisation du métier d'ingénieur-conseil (1880-1954)”, *Le Mouvement social*, 214, janeiro-março, 2006, p. 37-55.

76. Robert Castel, *L'Ordre psychiatrique*, Paris, Minuit, 1977.

77. Laurent Mucchielli, “Criminologie, hygiénisme et eugénisme en France (1870-1914): débats médicaux sur l'élimination des criminels réputés “incorrigibles””, *Revue d'histoire des sciences humaines*, 3, 2000, p. 57-89; Remi Lenoir, “L'invention de la démographie et la formation de l'État”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 108, juin 1995, p. 36-61. Sobre a conjuntura desta reivindicação, ver Christian Topalov (dir.), *Laboratoire du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*, Paris, Éd. de l'EHESS, 1999.

78. Jean-Guy Prévost, *A Total Science. Italian Statistics 1900-1945*, McGill-Queen's University Press, 2008 e Alain Blum e Martine Mespoulet, *L'Anarchie bureaucratique. Statistique et pouvoir sous Staline*, Paris, La Découverte, 2003.

79. Ludovic Tournès, “L'Institut scientifique de recherches économiques et sociales et les débuts de l'expertise économique en France (1933-1940)”, *Genèses*, 65, dezembro 2006, p. 49-70. Na URSS, a constituição da expertise econômica está estreitamente ligada à coletivização e à planificação; ver Alessandro Stanziani, *L'Économie en révolution*, Paris, Albin Michel, 1998.

80. Donald Fisher, “The role of philanthropic foundations in the reproduction and production of hegemony: Rockefeller foundations and the social sciences”, *Sociology*, 17(2), p. 206-233; George Steinmetz (éd.), *The Politics of Method in the Human Sciences. Positivism and its Epistemological Others*, Durham/Londres, Duke University Press, 2005.

81. Gilbert Murray, “Pourquoi la coopération intellectuelle est nécessaire”, *Coopération intellectuelle*, 15 março 1929, p. 129. Ver também Jean-Jacques Renoliet, *L'Unesco oubliée. La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1999.

Se ele existia desde antes da guerra, o modelo de expertise importado dos Estados Unidos impõe-se amplamente na França sob a Quinta República, com a criação de uma política de planejamento que recorre às ciências sociais⁸². Economistas, urbanistas, sociólogos são solicitados a estudar a conjuntura, a renovação urbana ou ainda as condições de democratização do acesso à cultura⁸³. A multiplicação dos *think tanks* nos Estados Unidos nos anos 1970 e a difusão internacional do modelo confirma sua generalização, ao passo que a noção de expertise conhece desde então uma forte propagação. O desenvolvimento de clubes e comissões de experts no interior dos partidos e sindicatos, que se relaciona com a especialização das tarefas dos intelectuais de instituição mencionada acima, atesta a legitimidade política conquistada por este modelo. Assim, o recurso da CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) à expertise das ciências sociais, que começa a partir dos anos 1960, toma uma nova forma nos anos 1980 depois do abandono do socialismo autogestionário, através da relação que ela instaura com a Fundação Saint-Simon, a qual, a meio termo entre *think tank* e clube de reflexão, pretende ser um lugar de intercâmbios entre universitários (dos quais

alguns são oriundos das fileiras do sindicato, como seu secretário, Pierre Ronsavallon), experts da alta função pública e representantes do mundo econômico⁸⁴.

7 O intelectual crítico especializado ou o "intelectual específico"

É frente a esta ascensão da expertise que se deve compreender a afirmação da figura do "intelectual específico", forma especializada do intelectual crítico teorizada por Foucault. Embora surgida anteriormente, ela se torna significativa socialmente durante a Guerra da Argélia e, sobretudo, depois de Maio de 68. Extraíndo todas as consequências da divisão do trabalho de expertise, Foucault recusa a figura do intelectual universal que se erige em "mestre na verdade e na justiça"⁸⁵, ao passo que Bourdieu critica sua "ilusão da onipotência do pensamento"⁸⁶. Contudo, assim como este último, Foucault retém deste tipo de intelectual sua dimensão crítica, uma crítica que ele propõe específica e não global, ancorada em um saber especializado. Igualmente distante da ação política e da neutralidade do expert, o trabalho político do "intelectual específico" consiste, antes de mais nada, em repensar as categorias de análise do mun-

82. Michael Pollak, "La planification des sciences sociales", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2-3, junho 1976, p. 105-121, e Delphine Dulong, *Moderniser la politique. Aux origines de la Ve République*, Paris, L'Harmattan, 1997. Sobre a relação com o poder que a expertise implica, ver Jacques Chevalier, "L'entrée en expertise", *Politix*, 36, 1996, p. 33-50.

83. Frédéric Lebaron, *La Croyance économique. Les économistes entre science et politique*, Paris, Seuil, 2000; François Denord, *Néolibéralisme version française. Histoire d'une idéologie politique*, Paris, Demopolis, 2007; Isabelle Backhouche, "Expertiser la rénovation urbaine: le cas de la France dans les années 1960", *Genèses*, 70(1), 2008, p. 45-65; Vincent Dubois, *La Politique culturelle. Genèse d'une catégorie d'intervention publique*, Paris, Belin, 1999.

84. Sobre o caso da CFDT, ver Nicolas Defaud, "'L'adaptation' de la CFDT. Sociologie d'une conversion politique (1970-1995)", tese de doutorado sob a orientação Dominique Damamme, Université Paris IX-Dauphine, 2006.

85. Michel Foucault, "Entrevista a Michel Foucault", *Dits et écrits IV*, Paris, Gallimard, 1994, p. 165-155.

86. P. Bourdieu, *Les Règles de l'art*, op. cit., p. 293.

do social e a redefinir as problemáticas pertinentes, contra os lugares comuns e os esquemas de percepção rotineiros⁸⁷. Recusando a instrumentalização das ciências sociais pelo poder tecnocrático, esta concepção promove uma ação política (na qual o intelectual participa como cidadão) fundada em um saber especializado sobre o mundo social (que ele contribui a elaborar em seu domínio de competência), como fez o próprio Foucault fundando em 1971, com Jean-Marie Domenach e Pierre Vidal-Naquet, o Grupo de Informações sobre as Prisões, que reunia magistrados, advogados, jornalistas e psicólogos⁸⁸.

Esta figura se diferencia, pois, tanto do intelectual profético quanto do expert e do intelectual de instituição. Ela foi encarnada na França por intelectuais como Pierre Vidal-Naquet, Gisèle Halimi, Michel Foucault e Pierre Bourdieu, ainda que, na prática, eles tenham oscilado entre o modelo do intelectual universal e o do “intelectual específico”. Inscritos diretamente na linha do engajamento dreyfusard, *L’Affaire Audin* (1957), de Pierre Vidal-Naquet – que reunia as provas da responsabilidade dos militares franceses no desaparecimento do matemático comunista engajado a favor da Frente de Liberação Nacional –, assim como *Assassins de la Mémoire* (1987),

em que desmonta a argumentação pseudo-científica dos negacionistas, podem de fato ser considerados como contraexpertises históricas, forma de “expertise autointituida”⁸⁹ que caracteriza o modo de intervenção do “intelectual específico”. O mesmo ocorre quando Gisèle Halimi reúne, em uma obra prefaciada por Simone de Beauvoir, as provas das torturas à que os paraquedistas franceses submeteram a jovem argelina membro da FLN, Djamilia Boupatcha, obra que constitui, segundo seus termos, uma “peça de acusação”⁹⁰, ou em seu engajamento em defesa do direito das mulheres à contracepção e ao aborto. Esta contraexpertise é posta a serviço daqueles que são despossuídos dos meios de expressão. Como explica Foucault:

Para mim, o intelectual é o tipo de pessoa que está conectada, não no aparelho de produção, mas no aparelho de informação. Ele pode se fazer ouvir. Ele pode escrever nos jornais, dar seu ponto de vista. Ele também está ligado ao antigo aparelho de informação. Ele tem o saber pela leitura de um certo número de livros aos quais as pessoas não têm acesso diretamente. Seu papel, então, não é formar a consciência operária, pois ela existe, mas permitir a esta consciência, a este saber operário, entrar no sistema de informação, difundir-se

87. Michel Foucault, “L’intellectuel et ses pouvoirs” (1984), *Dits et écrits IV*, op. cit., p. 676-677.

88. Voir Grégory Salle, “Emprisonnement et État de droit. Une relation à l’épreuve en Allemagne et en France depuis les “années 68””, tese de doutorado sob a orientação de Pierre Lascoumes, Paris, IEP, 2006, p. 86-129, e *Le Groupe d’information sur les prisons: archives d’une lutte, 1970-1972*, documentos reunidos e apresentados por Philippe Artières, Laurent Quérou et Michelle Zancarini-Fournel, posfácio de Daniel Defert, Paris, IMEC, 2003.

89. Sobre este conceito, ver Dominique Damamme e Marie-Claire Lavabre, “Les historiens dans l’espace public”, *Sociétés contemporaines*, 39, 2000, p. 10. Sobre os diferentes modelos de engajamento dos historiadores, ver também Olivier Dumoulin, *Le Rôle social de l’historien. De la chaire au prétoire*, Paris, Albin Michel, 2003. *L’Affaire Audin* foi publicado pelas Éditions de Minuit em 1957; *Les Assassins de la mémoire* pela editora La Découverte em 1987 (reeditado em 2005).

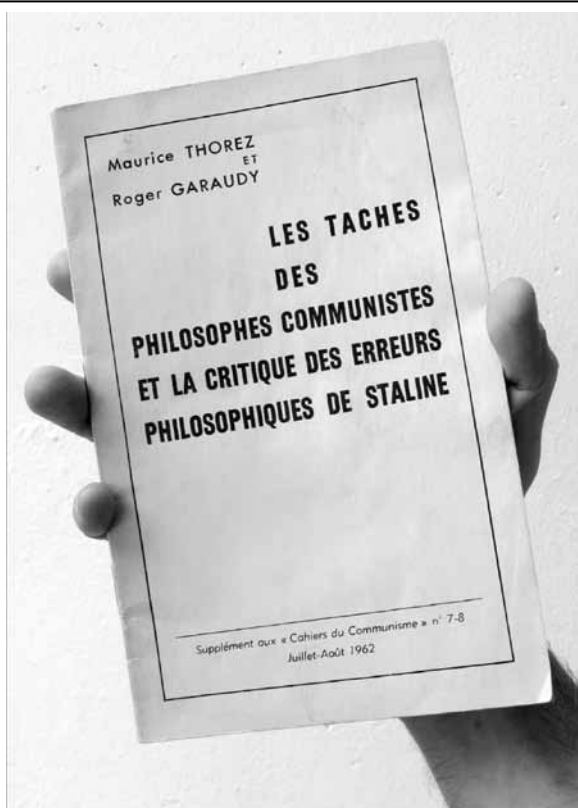
90. Gisèle Halimi, “Simone de Beauvoir”, *L’Humanité*, 1 janeiro 2000.

e ajudar, desta forma, a outros operários ou pessoas que não estão em condições de tomar consciência do que está acontecendo⁹¹.

Contraexpertise e extensão da palavra dos dominados, tais são os modos de intervenção privilegiados do “intelectual específico”. Pierre Bourdieu colocou, assim, um capital simbólico fundado em um renome internacional a serviço do combate contra o neoliberalismo e suas consequências, multiplicando as tomadas de

posição públicas a favor dos “sem-documentos” (1996) e do movimento dos “desempregados” (1999), contra “a trióica neoliberal de Blair-Jospin-Schröder” (“Por uma esquerda de esquerda”), contra os “donos do mundo”, a favor dos movimentos em luta contra a mundialização neoliberal reunidos em Nice em dezembro de 2000 e em Quebec em abril de 2001⁹². É ao estender este engajamento que Bourdieu forjou a noção de “intelectual coletivo”.

O SECRETÁRIO GERAL DO PCF E O FILÓSOFO DO PARTIDO, o exemplo do trabalho de intelectual do partido.



91. Citado por Didier Eribon, *Michel Foucault*, Paris, Flammarion, 1991, p. 268. Sobre os engajamentos de Foucault, nos referiremos a esta obra.

92. Estas tomadas de posição estão compiladas em Pierre Bourdieu, *Contre-feux. Propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale*, Paris, Raisons d'agir, 1998, *Contre-feux 2. Pour un mouvement social européen*, Paris, Raisons d'agir, 2000, e *Interventions. 1961-2001. Science sociale et action politique*, textos escolhidos e apresentados por Franck Poupeau e Thierry Discepolo, Marseille, Agone, 2002. Sobre seus engajamentos, ver David Swartz, “Le sociologue critique et l'intellectuel public”, em Louis Pinto, Gisèle Sapiro et Patrick Champagne, *Pierre Bourdieu sociologue*, Paris, Fayard, 2004, p. 393-411.

8 O grupo contestador especializado ou o "intelectual coletivo"

Inspirado no conceito foucaultiano de "intelectual específico", este modelo extrai todas as consequências da especialização e da divisão do trabalho de expertise ao propor uma forma de ação coletiva fundada no acúmulo das competências em uma área de conhecimento determinada. Em oposição ao individualismo característico do mundo das letras, onde reina o paradigma da singularidade, este modelo remete ao modo de funcionamento do campo científico, fundado no trabalho em equipe e no acúmulo de conhecimentos, inaugurando um novo modo de intervenção política coletiva baseado em trabalhos científicos.

Certamente o princípio não é novo. Seria possível fazer retrocedê-lo à Liga dos Direitos do Homem (LDH), criada durante o Caso Dreyfus e ainda muito ativa, exceto pelo fato de ser uma organização que não é reservada apenas aos intelectuais e de oscilar entre engajamento universalista e intervenções mais específicas, apoiando-se em competências especializadas, em geral de ordem jurídica (função que se desenvolveu com o processo de especialização⁹³). Os anos 1970 viram surgir novos grupos criados por intelectuais sem lhes ser reservados, a exemplo do LDH, e que se distinguem das orga-

nizações do entre - guerras pelo fato de colocarem à disposição dos dominados saberes específicos ao mesmo tempo em que em que lhes dão voz: com base no modelo do Grupo de Informação sobre as Prisões constituiu-se em 1972 o Grupo de Informação de Apoio aos Imigrantes (GISTI), especializado no auxílio jurídico aos imigrantes. O Grupo de Informação Asiles é criado no mesmo ano contra o abuso e a arbitrariedade da psiquiatria. Ele se inscreve no prolongamento de uma redefinição das fronteiras entre normal e patológico realizado por intelectuais específicos, entre os quais Françoise Dolto⁹⁴.

Momento de forte mobilização dos intelectuais⁹⁵, o movimento social de 1995 levou à proliferação de organizações com vocação crítica. Deixando-se de lado o Clube Merleau-Ponty, criado ao final do ano 1994 principalmente em torno de sociólogos, mas de vida curta⁹⁶, é o coletivo Raisons d'Agir e a editora de mesmo nome, fundados por Bourdieu e sua equipe para continuar o combate que ele havia travado como intelectual específico contra o neoliberalismo, que dão o tom. Este engajamento foi objeto de violentos ataques tanto dos guardiões do corpo profissional (cujas formas de intervenção em geral se limitam à expertise) quanto dos "intelectuais de governo", para retomar a categoria de Gérard Noiriel⁹⁷.

93. Éric Agrikoliansky, *La Ligue française des droits de l'homme et du citoyen depuis 1945. Sociologie d'un engagement civique*, Paris, L'Harmattan, 2002.

94. Frédérique Matonti, "Les nouvelles frontières du normal et du pathologique", em Dominique Damamme, Boris Gobille, Frédérique Matonti e Bernard Pudal, *Mai-Juin 68*, Paris, Les Éd. de l'Atelier, 2008, p. 158-171.

95. Julien Duval, Christophe Gaubert, Frédéric Lebaron, Dominique Marchetti e Fabienne Pavis, *Le "Décembre" des intellectuels français*, Paris, Raisons d'agir, 1998.

96. Gwénaél Dérian, "Le Club de réflexions sociales et politiques Merleau-Ponty. Une esquisse avortée d'un "intelectuel collectif"", monografia de *Master*, sob a orientação de Gisèle Sapiro, Paris, EHESS, 2008.

97. Podemos citar, como exemplo, a acusação contra "o academicismo radical", a qual, ao apresentar entre seus principais argumentos os efeitos nocivos da abstração (a teoria) sobre o proletariado intelectual ("lumpen-intelligentsia"), evoca a tradição antiintelectualista de direita. Não entraremos aqui nos detalhes

Outras organizações nasceram após o movimento de 1995, como a ACRIMED (Action-CRItique-MEDias), observatório dos meios de comunicação criado em 1996 reunindo pesquisadores e universitários, jornalistas e empregados da mídia, atores do movimento social e “usuários” dos meios de comunicação; ATTAC, organização internacional (hoje presente em cinquenta países) nascida do apelo lançado em dezembro de 1997 pelo então diretor do *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet, pela aplicação da taxa Tobin sobre as transações internacionais; a Fundação Copernic, *think tank* altermundialista também criada em 1998 e associando universitários e atores do movimento social na luta contra o neoliberalismo. Contra o modelo dos *think tanks* encarnado na França pela Fundação Saint-Simon, estas instâncias têm em comum o desejo de colocar sua expertise à disposição do movimento social, e não de reservá-la exclusivamente aos dirigentes, bem como de compartilhar os saberes profissionais, teóricos e militantes numa perspectiva de crítica social. Ao mesmo tempo, além da dificuldade de se perenizarem, e sendo as exigências do trabalho intelectual com frequência incompatíveis com as do trabalho militan-

te, estas instâncias são permanentemente questionadas sobre as modalidades do debate e do intercâmbio entre intelectuais e militantes, condenando-lhes seja a dissolver sua especificidade “intelectual”, seja a se fechar nela.

Para concluir, é preciso lembrar que, se a figura do intelectual crítico universalista encarnado pelo escritor não é mais predominante na França, ela não desapareceu, entretanto, da cena internacional e continua a ser representada em culturas dotadas de uma forte tradição letrada, como o ilustram os exemplos de Günter Grass na Alemanha, Noam Chomsky nos USA, Orhan Pamuk na Turquia ou David Grossman em Israel. Este fenômeno levanta a questão da circulação transnacional destes modelos, da qual demos aqui somente algumas ilustrações e que mereceriam um estudo específico⁹⁸. O apelo de Michael Burawoy por uma “sociologia pública” refere-se, por exemplo, à tradição francesa de intervenção dos intelectuais⁹⁹. Seria também possível interrogar-se sobre a transferência da função crítica para outras categorias, como os cineastas na França ou os artistas mobilizados nos Estados Unidos contra a guerra no Iraque, assim

da argumentação, mas apenas diremos que ela o oculta – sem dúvida pelo fato de que contradiria de forma muito evidente a tese central do corte entre a sociologia de Bourdieu e o mundo social – aquilo que caracterizou seu modo de engajamento, a saber, o fato de colocar seu renome a serviço de um movimento social do qual transmitiu a palavra. É significativo sobre a lógica de defesa do corpo frente aos efeitos subversivos da sociologia crítica que esta acusação polêmica e claramente ideológica, destinada originalmente a uma revista intelectual engajada, tenha sido publicada por uma revista de sociologia que reivindica a neutralidade axiológica.

98. Para um exame histórico das relações franco-inglesas, ver Christophe Charle, Julien Vincent e Jay Winter (éds), *Anglo-French Attitudes. Comparisons and Transfers Between English and French Intellectuals Since the Eighteen Century*, Manchester-New York, Manchester University Press, 2007; sobre o período do pós-guerra: Anna Boschetti, “L’espace intellectuel européen après 1945”, In. G. Sapiro (dir.), *L’Espace intellectuel en Europe*, op. cit.

99. Michael Burawoy, “For public sociology”, *American Sociological Review*, 70, fevereiro 2005, p. 4-28. Ver trechos da tradução francesa em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* n° 176 – 177 e a íntegra no site da revista.

como sobre a renovação dos repertórios de ação que ela implica¹⁰⁰.

O papel cumprido pela sociologia na elaboração do modelo do “intelectual coletivo” conduz enfim a interrogar sobre as relações entre disciplinas: ainda que se encontrem modelos de intervenção política¹⁰¹ entre a maioria delas, seu peso relativo é variável segundo sua história e suas relações com o Estado. Enquanto a função de expertise foi constitutiva de disciplinas como o direito, a demografia, a estatística ou a economia, a sociologia, que ocupa na França uma posição dominada na hierarquia universitária, foi o lugar de elaboração de uma postura de contraexpertise quando de sua marginalização frente à ascensão da expertise econômica nos anos 1980. Um estudo da circulação destes modelos necessitaria, portanto, basear-se numa comparação das tradições nacionais das ciências humanas e sociais e da hierarquia das disciplinas nos diferentes campos universitários nacionais¹⁰².

NOTA SOBRE A AUTORA

A Socióloga Gisèle Sapiro é Directrice de Recherche do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Directrice d'Études na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e Directrice do Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (CESSP-Paris). Produz investigações sobre: sociologia dos intelectuais; sociologia da cultura e da literatura; sociologia da tradução e das trocas culturais internacionais; bem como história social das ciências humanas e sociais.

100. Violaine Roussel, “Occupational logics and political commitment: American artists against the Irak war”, *International Political Sociology*, 1, 2007, p. 373-390.

101. Inclusive intelectuais de instituição: ver, por exemplo, Frédérique Matonti, “Francs-tireurs ou partisans: les historiens communistes français et britanniques”, *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 53-4 bis, suplemento 2006, p. 80-87.

102. Johan Heilbron, “Qu'est-ce qu'une tradition nationale en sciences sociales?”, *Revue d'histoire des sciences humaines*, 18(1), 2008, p. 3-16.

Recebido em: 28.08.11

Aprovado em: 23.03.12